

Comissão Senado do Futuro

Balanco de Atividades

2017



Comissão Senado do Futuro 2017



Presidente
Senador Hélio José
PROS/DF

Titulares PMDB



Vice-presidente
Senador Wellington Fagundes
PR/MT

Suplentes PMDB



Titulares Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)



Suplentes Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)



Titulares Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)



Suplentes Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)



Titulares Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)



Suplentes Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)



Titulares Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)



Suplentes Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)



Titulares Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)



Suplentes Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)



Sen. Wellington Fagundes (PR/MT)



I. VAGO

Comissão Senado do Futuro

Balanço de Atividades

2017

Senado Federal

Comissão Diretora

Eunício Oliveira (MDB-CE)	Presidente
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1º Vice-presidente
João Alberto Souza (MDB-MA)	2º Vice-presidente
José Pimentel (PT-CE)	1º Secretário
Gladson Cameli (PP-AC)	2º Secretário
Antonio Carlos Valadares	3º Secretário
Zeze Perrella (MDB-MG)	4º Secretário
Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1º Suplente
Sérgio Petecão (PSD-AC)	2º Suplente
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	3º Suplente
Cidinho Santos (PR-MT)	4º Suplente

Secretaria Geral da Mesa

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral

Secretaria de Comissões

Dirceu Vieira Machado Filho Diretor

Secretaria de Apoio à Comissão Senado do Futuro

Raymundo Franco Diniz (Secretário)

Ivônio Barros Nunes

Larissa Borges Neres

Senado Federal

Anexo II, Ala Alexandre Costa, sala 15, subsolo

70165-900 Brasília - DF

Telefone: (61) 3303-4440 e 3303 -2024

email: csf@senado.leg.br

sítio na internet: <http://bit.ly/2CieLa4>

Apresentação

O ano de 2017 foi particularmente muito atribulado, superando recordes de votação no Congresso Nacional e no Senado Federal. As Comissões Permanentes foram muito exigidas e instalamos várias Comissões Parlamentares de Inquérito, entre as quais se destacou a CPI da Previdência Social, da qual fui seu relator e onde estivemos reunidos com dezenas de gestores governamentais, especialistas e acadêmicos, representantes de servidores públicos e dirigentes sindicais e fomos acompanhados por centenas de milhares de cidadãos em todos os estados brasileiros que puderem verificar que os problemas da Previdência Social são outros e não aqueles que têm fundamentado uma reforma que pretende tão somente retirar direitos e levar o bilionário fundo previdenciário às mãos de bancos privados.

Na Comissão Senado do Futuro também tivemos um ano de muita atividade. Temas essenciais foram tratados e aprofundados. Iniciamos nossas audiências públicas debatendo a crise hídrica que afeta milhões de cidadãos especialmente nas capitais e metrópoles e que não se reduz mais a áreas tradicionalmente afetadas pela seca. O Distrito Federal, por exemplo, teve que adotar o racionamento de água, com corte no fornecimento de um dia por semana em várias regiões, sendo que em parte do território a população ficou sem água por muito mais de um dia na semana.

Logo em seguida, o tema que concentrou nossas atenções foi o futuro da democracia no Brasil, fundamental em tempos de incertezas institucionais e políticas. Sem a democratização dos meios de comunicação não há democracia de verdade, por isso chamamos as rádios e televisões comunitárias para o debate e, assim, os cidadãos puderam conhecer os avanços e dificuldades da radiodifusão comunitária no Brasil. Essa questão voltou ao debate na Comissão em outra oportunidade para verificar quais as iniciativas legislativas necessárias para a sobrevivência das rádios comunitárias.

A importância dos serviços públicos para o desenvolvimento do Brasil foi objeto de análise em duas Audiências, quando verificamos a importância dos servidores e a necessidade de defender suas prerrogativas, como elemento essencial da democracia.

Outro tema que também esteve em análise em duas Audiências foi o fenômeno dos condomínios residenciais no Brasil e a importância da profissionalização dos gestores dessas comunidades.

Uma das mais importantes Audiências Públicas que realizamos foi sobre o papel da energia solar fotovoltaica no país. Nessa oportunidade defendi a ideia de que a energia solar é o meio de ampliar o desenvolvimento sem ferir o meio ambiente.

Ante a ameaça de se privatizar a Eletrobras e acabarmos tendo o sistema elétrico brasileiro nas mãos de empresas estrangeiras, realizamos um debate sobre o tema, onde conhecemos as opiniões favoráveis e contrárias à entrega desse patrimônio nacional.

Os mais importantes empresários e líderes do setor imobiliário do Distrito Federal estiveram reunidos na Comissão Senado do Futuro para debater a situação do setor que mais emprega mão de obra no país. Foram apontadas questões que precisam ser resolvidas para que o setor volte a crescer e a gerar empregos.

Dessa forma, a Comissão Senado do Futuro prestou sua contribuição ao sucesso do ano legislativo, cumprindo a missão que lhe foi destinada. Este relatório foi preparado a partir de um apanhado desses debates feito com base nos Informativos publicados pela Comissão no decorrer do ano de 2017 e que estão à disposição no sítio da Comissão Senado do Futuro na internet.

Senador Hélio José
Presidente da Comissão Senado do Futuro



A Comissão Senado do Futuro tem como missão promover discussões sobre grandes temas e o futuro do Brasil, assim como aprimorar a atuação do Senado Federal nessas questões. É o que temos procurado fazer e vamos continuar em 2018. No ano passado realizamos uma série de debates sobre a crise hídrica, o futuro da democracia, a democratização das comunicações e as rádios comunitárias, entre outros assuntos de relevância. Em 2018, teremos a participação de renomados acadêmicos, importantes gestores públicos e lideranças sociais em debates que ajudarão o Senado Federal a se preparar para o Bicentenário da Independência e também para responder às demandas correntes da sociedade brasileira que deseja o desenvolvimento social, a paz e a harmonia.

Senador Hélio José
Presidente da Comissão Senado do Futuro

Sumário

Senado inicia debates sobre a crise hídrica. DF ainda com futuro incerto	9
O futuro da democracia em pauta na CSF	14
Condições para garantir um futuro para as rádios comunitárias	17
Ataques aos servidores públicos colocam em risco o futuro do Brasil	21
O futuro da logística de Mato Grosso	24
Senado começa a discutir o papel do Síndico	25
Energia solar é fundamental	27
ECAD não deveria cobrar taxas de rádios comunitárias	30
Privatizar a Eletrobrás trará aumento de custos ao povo e perda estratégica	32
É necessário melhorar a lei dos bombeiros civis	34
Servidores Públicos são essenciais	36
Setor imobiliário gera renda e empregos	39
A crise hídrica do DF em avaliação	41
Os desafios da vida em condomínio e o papel do síndico	43



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Senado inicia debates sobre a crise hídrica. DF ainda com futuro incerto

Instalada em 5 de abril, nessa mesma data a Comissão Senado do Futuro elegeu seu presidente e seu vice-presidente, os senadores Hélio José (Pros-DF) e Wellington Fagundes (PR-MT) respectivamente. No dia 26 a Comissão se reuniu para deliberar sobre suas atividades, quando foram aprovados Requerimentos para Audiências Públicas que orientaram os seus trabalhos.

A primeira Audiência Pública foi realizada em 11 de maio para debater o principal temário da sociedade do Distrito Federal naquele momento, na verdade, um assunto que esteve presente durante todo o ano nos lares dos brasilienses.

Vejamos a seguir o relato da primeira Audiência sobre a Crise Hídrica, na forma em que publicamos em nosso Informativo “Construção do Futuro”, de 22 de maio.

Brasília e região estão sofrendo com a falta de água. Mais ainda com a previsão de mais problemas em futuro próximo. Sem obras emergenciais, o Sistema do Descoberto, responsável por mais de 60% do abastecimento de água do Distrito Federal, pode entrar em colapso já em 2017. A conclusão é de representantes das empresas de águas de Goiás e do Distrito Federal e especialistas ouvidos pela Comissão Senado do Futuro, na primeira Audiência Pública organizada para debater a crise hídrica que afeta as principais capitais do país.

A Audiência foi veiculada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet, os telespectadores e ouvintes puderam também fazer perguntas e se manifestar.

O presidente da Comissão, senador Hélio José (Pros-DF) tem criticado a decisão do governo do Distrito Federal de captar água do Lago Paranoá para amenizar o problema. Durante a audiência, ele criticou o fato de a bancada federal não ter sido incluída na discussão sobre o tema. O senador disse que é preciso investir em obras definitivas e não em uma solução provisória.

— Não era muito mais razoável juntar todos os esforços nossos para ajudar na construção e finalização da adutora de Corumbá IV, para que a gente tenha rapidamente a solução definitiva do problema e não uma obra paliativa? A captação do Lago Paranoá, além de poder ser mais um elefante branco construído com os poucos recursos que temos, ainda pode colocar em risco um cartão postal do Distrito Federal — questionou. Ele trouxe a questão para a Audiência porque é assunto que atemoriza muitos cidadãos da Capital, que têm procurado o senador Hélio José para reclamar disso. Segundo ele, essa é uma questão que precisa ficar bem clara para a população. Não é suficiente que técnicos decidam e o governo local mande implementar. O diálogo com a sociedade é fundamental, assim como o respeito aos parlamentares que representam o Distrito Federal no Congresso. Aproveitando isso, o senador Hélio José comunicou que será o novo coordenador da Bancada do DF no Congresso por este ano.

A Sra. Raquel de Carvalho Brostel, assessora de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), explicou que a obra para captação de água do Lago Paranoá já foi iniciada no dia 8 de maio, com início da operação previsto para outubro. Ela



Foto: Ana Volpe/Agência Senado



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

argumentou que a estimativa é de colapso no Sistema Descoberto ainda este ano, caso não sejam concluídas as obras emergenciais.

— Se não tivermos a obra pronta em outubro, provavelmente o Lago Descoberto entra em colapso. Hoje, a gente está chegando ao nível de 55%. Com o consumo e com as entradas, nós entraríamos em colapso em setembro ou outubro. A obra era emergencial mesmo. Nós precisávamos da captação do Paranoá e foi a solução encontrada — esclareceu a assessora de meio ambiente da Caesb.

O professor Dr. Carlos Henrique Ribeiro Lima, coordenador do Programa de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília (UnB), concorda que a situação é alarmante e que tanto o governo quanto a sociedade precisam se mobilizar e dar prioridade ao conjunto de ações que precisam ser implementadas. Segundo o professor, o nível atual dos reservatórios é um dos menores, mesmo se comparado com os níveis de outros anos no final de setembro, ou seja, depois da seca. Para ele, no momento, não há muitas alternativas melhores que o

uso da água do Lago Paranoá. Contudo, alertou que medidas mais abrangentes precisam ser implementadas, articulando-se o emergencial com o estrutural, o curto prazo com o longo prazo. A retirada de água do Lago Paranoá não resolve o problema mas é uma ação que precisa ser implementada, afirmou o professor Carlos Henrique. Segundo ele, já havia como prever essa situação, pelo menos há 17 anos já se previa esse descompasso entre oferta e demanda de água. Medidas para minimizar os efeitos já deveriam ter sido implementadas, pois desde 2010 a Caesb já falava em limite da capacidade de atendimento da demanda. Também em 2010,

um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal já afirmava que se chegava ao limite. O mesmo posicionamento também é encontrado nos documentos da Agência Nacional de Águas - ANA. Por isso, conclui o Prof. Carlos Henrique, já havia entendimento em todas as agências e órgãos públicos sobre a iminência do colapso, caso nada fosse feito.

Segundo o Prof. Carlos Henrique, sem paralisar as demais ações estruturantes, as medidas de curto prazo são:

Ações de Curto Prazo

- Momento de maior integração entre entes públicos, usuários e sociedade;
- Redução da demanda:
 - Racionamento;
 - Intensificação de medidas sócio-educativas para racionalizar o uso;
 - Aumento da fiscalização de consumos irregulares;
 - Restrições de certos usos;
- Aumento da oferta:
 - Medidas emergenciais de captação (ex. Lago Paranoá, poços, etc);
 - Redução de perdas no sistema;

Como já vimos em crises anteriores, como na crise do apagão entre meados do ano de 2001 e o início de 2002, no governo FHC, também provocada por falta de planejamento e atrasos em obras de geração e transmissão, a resposta do povo foi elemento chave para a economia. Na verdade, o que salvou o país de ter que realizar um racionamento geral foram as medidas educativas e a pronta resposta da população. Por isso o destaque se se pode fazer, nessas medidas, às ações de conscientização da população quanto ao uso desse recurso nobre que é a água.

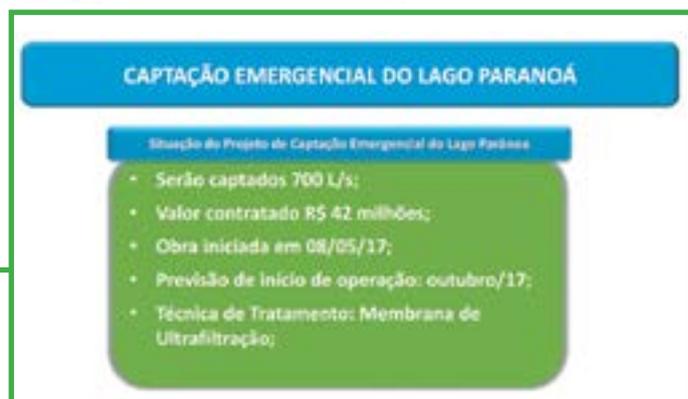
Raquel Brostel, por sua vez, informou que a Caesb já está tomando providências para aumentar a



oferta, além do racionamento e das medidas para minimizar perdas, são elas:



Com respeito à captação de água no Lago Paranoá, a Dra. Raquel Brostel informou que o plano é realizar uma retirada de água que em nada afete o nível do lago e as atividades ali desenvolvidas, talvez só reduzindo um pouco a geração de energia da Usina. Sobre essa ação, apresentou o quadro ao lado:



Previsibilidade

Embora concordem com a emergência de uma solução, os especialistas discordam sobre a possibilidade de prever, com antecedência, a crise.

O diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), Diógenes Mortari (foto acima), explicou que, por maior que seja um reservatório ele sempre vai depender da dinâmica de entrada e

saída de água, que inclui as chuvas. No Distrito Federal, destacou, já são três anos com chuvas abaixo da média, o que aumentou o problema.

O diretor da Adasa negou que tenha havido negligência no trato do problema. Ele lembrou que a Agência intensificou o monitoramento e emitiu, em 2016, várias regulações e medidas de

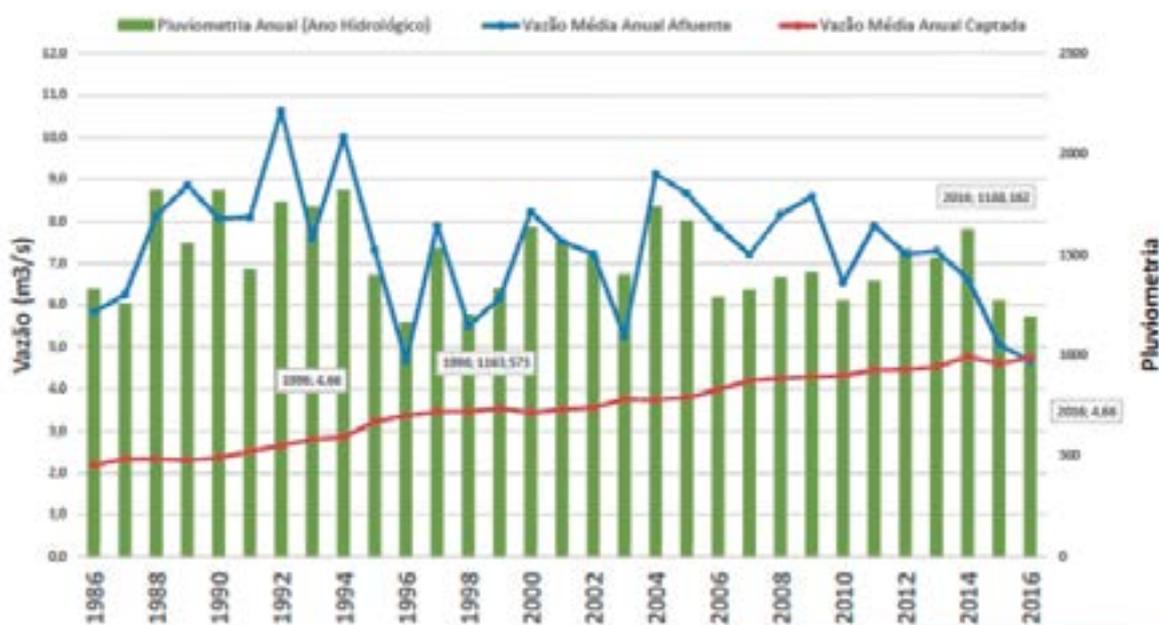
controle, como o estabelecimento de limites para iniciar o regime de restrição no consumo. Além disso, citou ações do governo para conscientizar a sociedade sobre o tema.

Os sistemas atuais de atendimento da população do DF são:

População Atendida e Produção por Sistema		
Sistema	Perc. da População Atendida (%)	Percentual da Produção (%)
Descoberto	61,5	60,74
Torto/Santa Maria	21,1	28,05
Sobradinho/Planaltina	12,8	6,91
Brazlândia	2,2	1,45
São Sebastião	3,1	2,84
Total	100	100

Fonte: ADASA

O principal sistema é o do Descoberto. O gráfico abaixo mostra como ele tem sido abastecido (pelas chuvas) e a quantidade de água que é retirada a cada período:



Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Segundo os especialistas e gestores, a crise hídrica permanecerá no Distrito Federal em situação drástica em 2017 e 2018. Somente com a inauguração da adutora de Corumbá IV e da estação de tratamento correspondente é que Brasília estará livre, temporariamente, do racionamento. Brasília precisa de novos mananciais.

Luz no fim do túnel

Ao anunciar o presidente da empresa goiana de águas, o senador Hélio José fez questão de agradecer a disposição do Dr. Jalles Fontoura em atender ao convite da Comissão Senado do Futuro e, ao mesmo tempo, destacou a importância de sua presença, lembrando aspectos do currículo do engenheiro,

político e empresário goiano e de seu pai, Otávio Lage, ex-governador de Goiás e destacado empresário da região de Goianésia (veja quadro ao lado).

Jalles Fontoura de Siqueira, presidente empresa Saneamento de Goiás (Saneago), responsável pelo abastecimento de água e tratamento dos esgotos no estado de Goiás, esclareceu que a crise não atinge apenas o Distrito Federal, mas toda a Região Centro-Oeste. Nossa região e o Nordeste são as mais afetadas. Atualmente 1.050 cidades são afetadas pela crise hídrica e 25 milhões de pessoas sofrem-na diretamente. Entre as razões dessa crise no Distrito Federal e cidades do Entorno, está o significativo crescimento demográfico, a ocupação desordenada e a degradação de áreas e preservação de nascentes.



Jalles Fontoura, é engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, é empresário de destaque em Goiás, foi prefeito de Goianésia (GO), foi deputado estadual e deputado federal, é presidente da Saneago. Seu pai, **Otávio Lage de Siqueira**, que também foi prefeito de Goianésia, foi um dos mais destacados governadores de Goiás, dando forte dinamismo à pecuária e agricultura. Pai e filho têm em comum a dedicação à política e grande sucesso empresarial.

O presidente da Saneago informou que a empresa está tomando providências, como a perfuração de poços profundos, a ampliação e melhorias nos sistemas existentes e a continuidade da obra do Sistema Produtor Corumbá, que pode atender cidades do Distrito Federal e do entorno. Essa obra, explicou, tem complexidade elevada, o que torna difícil a execução. A meta é atingir, na primeira etapa, 1,3 milhão de habitantes e, na segunda etapa, 2,9 milhões de habitantes.

A Saneago atende com serviços de abastecimento de água a 5.506.733 pessoas, e com serviços de esgotamento sanitário a 3.163.599. É a 5ª empresa de águas e esgoto do país.

O sistema produtor de Corumbá está sendo conduzido por consórcio formado pelas Companhias de Saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO) e do Distrito Federal (CAESB), responsáveis pela elaboração de projetos e a implantação das obras de produção de água tratada para a região. A adutora em fase de construção irá atender no Estado de Goiás a região do Entorno Sul (Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Luziânia) e localidades do Distrito Federal.

Na 1ª etapa serão oferecidos 2.800 l/s, beneficiando 1,3 milhões de habitantes do Entorno e do Distrito Federal. Na 2ª etapa, atingiremos o volume ofertado de 5.600 l/s, atendendo 2,9 milhões de habitantes. Contudo, há potencial para um crescimento dessa oferta, se investimentos forem feitos.

É, no entanto, uma obra de elevada complexidade, tanto por seus aspectos técnicos, quanto institucionais. A previsão de conclusão da obra é o final de 2018.



A saúde pode ser afetada

O presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Dr. Helvécio Ferreira da Silva (foto acima), demonstrou preocupação com o impacto da crise hídrica na saúde da população. Para ele, a falta de água é responsabilidade de todos. O clima do Distrito Federal, lembrou, é conhecido do governo e das agências, mas o mau uso da água é também responsabilidade dos cidadãos. Educação para o uso adequado e preservação das nascentes são questões que precisam ser priorizadas.

As restrições de acesso à água afetam mais diretamente as populações pobres e segmentos vulneráveis. Um alerta muito importante que ele trouxe ao debate é que se for elevado de um para dois dias o corte de água, isso certamente irá impactar diretamente na saúde, quer nos serviços de atendimento (Postos de Saúde e Hospitais), quer no aumento dos problemas de saúde pública.



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

O futuro da democracia em pauta na CSF

A segunda Audiência Pública que a Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu foi realizada no dia 25 de maio. A Comissão se reuniu para debater como aperfeiçoar os mecanismos constitucionais e legais para que exista maior participação popular na política e nas instituições e garantir a continuidade da democracia. Os convidados se referiram a esse processo como “democratização da democracia”, e afirmaram que esse processo é fundamental para reforçar a cidadania e promover a justiça social.

O presidente da Comissão, senador **Hélio José (Pros-DF)**, ao iniciar os debates afirmou que as instituições políticas do país estão “sob desconfiança popular”, e que esse é um desafio a ser superado a partir do fortalecimento da participação do povo, fortalecimento dos partidos e melhoria do sistema eleitoral.



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

O primeiro convidado a se pronunciar, **Dr. Aurino Giacomelli**, conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e vice-presidente da

Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia, disse que é necessário um “pacto nacional” em favor da coletividade. Para ele, o país vive um momento de crise “*sui generis*”, mas que oferece a oportunidade de uma “depuração política”, uma vez que as pessoas estão mais atentas aos acontecimentos e mais dispostas a oferecer a sua voz do que o normal.

— O pacto democrático se consolida na renúncia de “um” pela ascensão do “todos”. Contribuímos com a nossa decisão política por meio do nosso voto. A vocação da democracia é o bem comum — afirmou.

Giacomelli trouxe uma pauta de reforma política discutida no Conselho Federal da OAB, que traz pontos como o fim das coligações nas eleições legislativas, o fim da reeleição nos cargos do Executivo, a cláusula de barreira para conter a “promiscuidade” partidária e o voto distrital misto. Ele também disse que a ordem valoriza iniciativas de inclusão das mulheres na política e prioriza o fim da influência do poder econômico nas eleições.

Reforma Política

- Alteração do sistema eleitoral de representação parlamentar;
- Democratização interna dos Partidos Políticos;
- Fim da reeleição para chefe do Poder Executivo nas três esferas federativas;
- Ampliação da competência da Justiça Eleitoral;


Aurino Giacomelli Carlos
Conselheiro Federal da OAB



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

“Se a população não tem condições de participar do processo eleitoral em condições de igualdade, isso é apenas uma democracia de fachada”

Pedro Gontijo

Desigualdades sociais

O professor **Dr. Pedro Gontijo**, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e professor de filosofia da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que abordar a desigualdade em níveis mais basilares da sociedade é mais importante do que tratar de regulações do sistema eleitoral. Para ele, a participação democrática verdadeira é impossível sem correções econômicas e sociais.

— O sistema eleitoral é apenas a ponta do processo democrático. O voto é um elo fundamental, mas é frágil se não é acompanhado de uma série de outras medidas. Se a população não tem condições de participar do processo eleitoral em condições de igualdade, isso é apenas uma democracia de fachada — reforçou o professor Gontijo, apoiado nas decisões e reflexões das Assembleias da CNBB.

Por isso, comentou, a preocupação da CNBB tem sido promover um chamamento ético, dando sentido à política como uma ação em busca do bem comum; a ética como a dimensão humana da existência. Já em 1977, em plena ditadura militar, a Conferência Episcopal brasileira apresentou à sociedade brasileira um chamado, aprovado em sua Assembleia anual, publicado sob o título de **Exigências cristãs de uma ordem política** (em <http://bit.ly/2qxs6rq>), onde afirmava que “Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que, eles isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado”, e concluía que “Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos

essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa.”

Em 1989, em outro texto, também aprovado na Assembleia anual dos bispos, intitulado **Exigências Éticas da Ordem Democrática** (em <http://bit.ly/2IHDQ7B>), congratulando-se com a aprovação da nova Constituição Federal, o episcopado afirma que “A nova Ordem Democrática brasileira só se consolidará quando a nação se empenhar decididamente numa transformação profunda, que modifique as relações sociais e garanta a efetiva participação de todos os cidadãos. Formas estáveis de democracia supõem condições para os cidadãos exercerem plenamente seus direitos e responsabilmente seus deveres.”

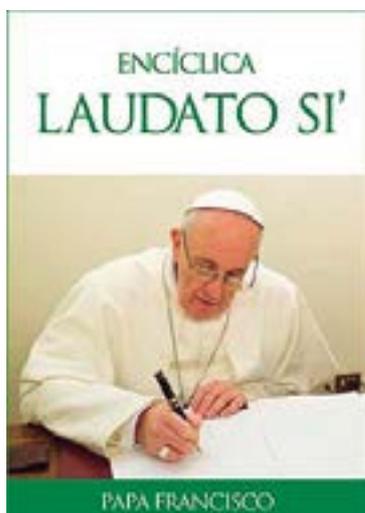
Já naquele momento, os bispos falavam em “obstáculos” à democracia. E enumeravam: **as regalias e privilégios de setores da Administração Pública, tentativas de adiar ou minimizar a participação popular, a corrupção, o Judiciário elitizado, as desigualdades sociais.**

Mas, lembra o professor Pedro Gontijo, os bispos brasileiros não se fixaram nos obstáculos, eles também lembraram e se alegravam com as esperanças. “Existem sinais de esperança, tanto na revalorização de nossa cultura, como no reconhecimento de novos valores emergentes, igualmente necessários para o projeto democrático. O Brasil é um país economicamente viável, socialmente dinâmico e culturalmente rico em valores.” Entre os sinais de esperança, destacavam: **“o espírito de solidariedade de tantas**

comunidades de base, grupos e associações de bairro, movimentos de trabalhadores; espírito este que se afirma mesmo lá onde se desagrega a cultura tradicional, resistindo ao individualismo da modernidade”; e “o crescente desejo de participação, em todos os níveis, que leva pessoas e grupos a sair da atitude de passividade e resignação, para assumir atitudes críticas, tomar iniciativas e promover a defesa de seus direitos”.

Por isso, lembrou o representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, que a participação social é uma referência importante. Para ele, o conceito de democracia vai se aperfeiçoando e ganhando novas dimensões ao longo da história. Temos a democracia representativa, a democracia participativa e a democracia direta, que hoje se combinam em uma matriz presente na Constituição Federal, que precisa ser respeitada, vivenciada e valorizada.

Observando essa referência, Gontijo criticou a falta de canais para participação popular nas reformas econômicas em andamento no Congresso Nacional, e apontou que diversos dispositivos de integração cidadã aos processos institucionais inscritos na Constituição jamais foram devidamente postos em funcionamento.



Por fim, o representante da CNBB afirmou que as reformas devem ser feitas com a participação do povo, incorporando também valores essenciais presentes nos povos indígenas e comunidades tradicionais, e que sejam também meios de superação do egoísmo, do consumismo e da ordem econômica injusta do sistema econômico capitalista, como bem foi tratado pelo papa Francisco na encíclica *Laudato si* (em português: **Louvado sejas**; subtítulo: “Sobre o Cuidado da Casa Comum”, encontre em <http://bit.ly/2CvhEXS>).



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

A audiência também teria a participação de **José Antônio Moroni**, membro do CVolegiado de Gestão do Instituto de Estudos Sócioeconômicos - INESC e também membro da Coordenação Nacional da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, mas ele não pôde comparecer devido a um problema de saúde.

Seu lugar à mesa foi ocupado pelo então superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal, **Francisco Nilo Gonsalves Júnior**, que à época também era presidente do Partido Ecológico Nacional no Distrito Federal. Ele reforçou a necessidade de os gestores e agentes públicos contribuírem no processo de “democratização da democracia”, ajudando a construir bases sólidas para que gerações futuras encontrem portas abertas e acreditem nos valores do sistema democrático. Por isso defendeu as medidas que o governo tem tomado para superar a crise econômica e gerar empregos.

Nilo Gonsalves alertou para a queda dos índices de apoio à democracia entre a população. “Se deixarmos de acreditar na democracia, aí sim enfrentaremos uma verdadeira crise sem solução.” Para ele, precisamos motivar ainda mais o povo a participar da vida política e eleger quem defende seus interesses.

Naquela oportunidade, estava a Câmara dos Deputados ultimando a votação, em Comissão Especial, de uma proposta de reforma eleitoral, em relatório elaborado pelo deputado federal Vicente Cândido (PT-SP), por isso, o senador Hélio José discorreu sobre os pontos em debate e anunciou que estaria propondo aos deputados que estavam à frente daquela discussão a participação em Audiência Pública que seria organizada nos meses seguintes.

A agenda política do ano foi por demais atribulada, na duas Casas, o que dificultou a realização dos debates com a presença dos deputados pretendidos pelo presidente da Comissão Senado do Futuro.



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Condições para garantir um futuro para as rádios comunitárias

No dia 22 de junho a Comissão Senado do Futuro realizou uma Audiência Pública interativa para debater a situação e perspectivas das rádios comunitárias. Como explicou o senador **Hélio José (Pros-DF)**, presidente da Comissão, no início dos trabalhos, “rádio comunitária é um tipo especial de emissora sonora em FM, sem fins lucrativos, com potência limitada a 25 watts criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. No Brasil, é regulamentada pela lei 9.612 de 1998, que criou a radiodifusão comunitária. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dá condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.”

Para essa Audiência Pública, foram convidados os senhores: **Geremias dos Santos** - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço Brasil, **Ronaldo Martins** - Coordenador Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Abraço Brasil, **Samir Amando Granja Nobre Maia** - Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Rádio Comunitária e Fiscalização – MCTIC, **Rodrigo Cruz Gebrim**, coordenador geral de radiodifusão comunitária no Distrito Federal do MCTIC, **Marcus Vinicius Paolucci** - Assessor Técnico da Presidência da ANATEL e **Paulo Miranda** - Diretor da TV Comunitária do Distrito Federal. A plateia estava repleta de radialistas comunitários do Distrito Federal e

região, parte dos quais se pronunciou após as apresentações dos convidados.

Democratização das comunicações

Para o senador Hélio José, “a criação das Rádios Comunitárias é um dos meios mais importantes de democratização das comunicações”. Mas, completou o senador, “em geral as rádios comunitárias enfrentam problemas de financiamento para se manterem e para acompanhar o progresso tecnológico da radiodifusão. Em outros casos há dificuldade na obtenção e produção de programação compatível e acessível”.

Em função das dificuldades com a manutenção das rádios comunitárias, a regulamentação da publicidade e uma política de financiamento foram apontadas como saídas para garantir a sobrevivência e a expansão das rádios comunitárias no Brasil.

Com o avanço da tecnologia digital, é incerto o futuro das rádios comunitárias, que fazem um serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operado em baixa potência (25 watts) para atender a uma comunidade específica. Muitas delas estavam ameaçadas de fechamento, mas foram mantidas em razão da aprovação da Medida Provisória (MPV) 747/2016, que permitiu a renovação de outorgas para emissoras com concessões vencidas, como destacou o senador Hélio José (Pros-DF), presidente da CSF.

— A MP foi fundamental, pois salvou 1.300 rádios comunitárias do Brasil de serem totalmente lacradas. E nós estivemos aqui, junto com nossos pares, para poder resolver essa situação — lembrou.



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Orgulho

Ronaldo Martins, coordenador geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço-DF), ressaltou que as rádios comunitárias são “uma paixão” e lamentou que o Estado não perceba o que elas representam. Ele informou que os operadores dessas rádios possuem um segundo emprego, para ajudar a manter o serviço e arcar com as despesas de luz e telefone.

— A rádio comunitária é o orgulho nacional da questão da comunicação, daquele cidadão que acorda de manhã, e vai dar suas notícias, que toca suas músicas, que vai falar com seus vizinhos na cidade. E, no entanto, esse segmento não tem apoio — disse.

Uma campanha de saúde, por exemplo, segundo Ronaldo Martins, se for divulgada de um jeito só, não alcançará todos os brasileiros. O jeito de falar o nosso idioma é diferente em cada região e em cada classe social. A rádio comunitária, por estar mais próxima do povo, serve para fazer a mediação necessária, inclusive na forma de falar de cada localidade, e nos costumes dos diversos agrupamentos sociais. Por isso pode ser o veículo mais importante para a comunicação entre os órgãos do Estado e o cidadão. “quando o locutor da rádio comunitária fala, o dono na padaria entende, o dono da oficina entende, o enfermeiro

do posto de saúde daquela cidadezinha entende”. Lamentou que o Estado ainda não tenha entendido esse papel fundamental da rádio comunitária. As campanhas são feitas pelas rádios comerciais, mas estas, quando falam, pensam primeiro no seu comércio.

Por outro lado, Ronaldo Martins lembrou que todos os diretores das rádios comunitárias têm um emprego e precisam ter outro emprego para pagar a conta de luz e a conta do telefone da rádio, pois elas não recebem e nem geram recursos suficientes para a sua manutenção básica.

Martins reivindicou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) possa permitir mais canais que resolvam o problema de “sombreamento”, que é quando ocorre a sobreposição de sinais, atrapalhando a transmissão. E também solicitou ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que abra editais para novas rádios comunitárias, sem descuidar das quase 5 mil já existentes.

Ao concluir, Ronaldo Martins tocou em um tema de grande importância para a sobrevivência das rádios comunitárias: as cobranças do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, uma entidade privada que arrecada os direitos autorais de obras musicais. Para ele e várias rádios que se manifestaram, deveria existir uma maneira de arrecadação de direitos autorais de forma diferenciada, a cobrança de rádios comunitárias é feita da mesma forma que das grandes rádios comerciais. As rádios comunitárias divulgam a música e a cultura local, inacessível às rádios comerciais, que não têm interesse nesses músicos anônimos.

Finalmente, agradeceu ao senador Hélio José pelo apoio que deu emendando a Medida Provisória 747/2016, salvando do fechamento pelo menos umas 1.300 rádios comunitárias, que ganharam uma sobrevida com a autorização administrativa de funcionamento e alteração das regras de renovação de outorga.

Na certeza de falar em nome de todas as entidades da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, o Coordenador-Geral afirmou ser o senador Hélio José a referência maior na luta pelas rádios comunitárias no Senado Federal, para ele, cada estado da Federação deveria ter um senador igual ao senador Hélio José, para que as rádios comunitárias tivessem voz e vez no cenário nacional e para que os Poderes da República pudessem ser convencidos a democratizar as comunicações no país, passo essencial e fundamental para que se tenha uma democracia verdadeira.



Paulo Miranda

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

O diretor da TV Comunitária DF, **Paulo Miranda**, defendeu a aprovação do projeto (PLS 27/2016), de iniciativa do senador Hélio José, que altera o § 5º do Art. 32 da Lei 12.485, de 12 de setembro de 2011, que proíbe a publicidade comercial e institucional nas emissoras comunitárias e educativas (esse Projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia, com relatoria do senador Acir Gurgacz).

— Propaganda dos nossos comerciantes, o nosso pequeno varejinho, pode assegurar a sobrevivência das rádios. Esses pequenos empresários não têm acesso à publicidade porque as grandes empresas de TV e rádio cobram muito acima do que eles podem pagar. Além disso, essa pequena publicidade pode garantir a sobrevivências das rádios e TVs e gerar um mercado de trabalho grande no Brasil. É uma forma de geração de emprego e renda — explicou.

Hoje há 126 TVs comunitárias no Brasil e, como explicou Paulo Miranda, com os ministros anteriores se conseguiu uma plataforma legislativa muito adequada, inclusive “podemos ter um canal de cidadania por município no Brasil e poucos municípios sabem disso. Esse canal permite duas TV comunitárias e ainda vários canais de e-gov, para que os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos sem sair de suas casas”.

Paulo Miranda pediu o apoio do Senado Federal para solicitar ao Poder Executivo regulamento o o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) utilizando esses recursos existentes para

“A pequena publicidade pode garantir a sobrevivências das rádios e TVs e gerar um mercado de trabalho grande no Brasil. É uma forma de geração de emprego e renda.”

Paulo Miranda

o fomento das TV Públicas, das TVs Educativas, TVs e rádios comunitárias. Ele apresentou uma minuta de decreto que também destina recursos para a Anatel.

Já existe a legislação que permite o canal comunitário via satélite, por exemplo há o 377 (SKY), mas como não há uma política nacional de rádio e televisões comunitárias, com uma política de financiamento, assim, o canal fica sem produção.



Fiscalização

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Em função de uma pergunta feita por **Adair Araújo da Silva**, presidente da Associação Comunitária Boa Nova, de Goianésia (GO), com referência ao apoio cultural a programas das rádios, o representante da Anatel, **Marcus Vinícius Paolucci**, lembrou que à agência compete apenas a fiscalização, sem nenhum poder de regulação sobre a publicidade.

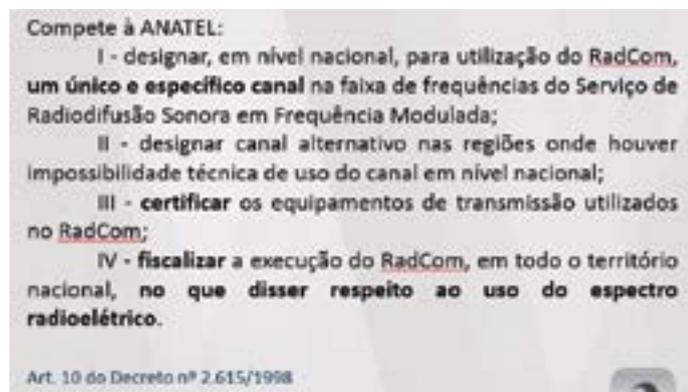
Também em função de comentários de ouvintes, como o **Wilson Marque Rabelo**, do Pará, e de

Luiz Aparecido Tadeu Chagas, este último falando do fechamento de rádios e a apreensão de equipamentos, o representante da Anatel informou também foram interrompidas 96 ações de radiodifusão, porém são fechadas apenas as rádios comunitárias sem outorga.

Para responder as várias demandas de telespectadores para a designação de mais canais, Paolucci explicou que a legislação atual é clara, com disponibilidade de apenas um canal por área.

— A Anatel segue o que está na lei. Tendo uma diretriz no sentido contrário, a nossa equipe de engenharia de espectro é altamente capacitada, fará o melhor estudo para a viabilização de qualquer canal que seja necessário à prestação de qualquer serviço — esclareceu.

Para dar aos senadores e aos participantes da Audiência uma noção mais clara do tema, Paolucci fez uma breve explanação dos documentos legais que fundamentam a ação da Anatel e mostrou que a legislação caracteriza as rádios comunitárias como sendo emisoras de baixa potência, não superior a 25 watts, e altura do sistema irradiante não superior a 30 metros, sendo que as emisoras não podem ter uma área de atuação não superior a 2 km de diâmetro.



Explicou que para o radiodifusor comunitário são necessárias duas outorgas, uma dada pelo MCTIC, a outorga de serviço, a outra é a outorga de radiofrequência, dada pela Anatel. Sem esses dois atos a rádio comunitária estaria trabalhando fora da lei.

Explicou que muitas das demandas apresentadas pelas rádios comunitárias para serem atendidas exigem alteração da lei.

Também em resposta às demandas, **Samir Amando Granja**, diretor de Radiodifusão Educativa, Rádio Comunitária e Fiscalização do MCTIC destacou que, atualmente, há mais motivação para o funcionamento das rádios comunitárias com a desburocratização (redução dos documentos exigidos), celeridade nos processos de outorgas (no



Samir Amando Granja

Foto: Ana Volpe/Agência Senado

máximo em seis meses) e o fim da exigência de um novo projeto técnico na renovação das concessões.

Segundo Samir, o governo também ampliou o conceito de “apoio cultural” proibindo apenas a divulgação de preços e condições de pagamento.

— Nós avançamos no limite da legislação. Enxugar mais do que isso, só com mudança da lei — concluiu.



Foto: Ana Volpe/Agência Senado

Geremias dos Santos - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço Brasil, retomou o tema do ECAD, mostrando que essa entidade que administra os direitos autorais de músicos tem agido com truculência e intolerância inviabilizando a sobrevivência das rádios comunitárias. Segundo ele, as rádios comunitárias não são contra os direitos autorais, mas acredita que o ECAD não paga aos músicos locais e de música folclórica, que são os tocados nas rádios comunitárias. Haveria que existir tratamento diferenciados em função do tamanho e do alcance das rádios. Além disso, acredita que deveria haver fiscalização aberta do próprio ECAD. Para ele, a falta de uma política nacional de apoio às rádios as condena à fome.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Ataques aos servidores públicos colocam em risco o futuro do Brasil

Representantes de entidades de servidores públicos apontaram na audiência pública da Comissão Senado do Futuro (CSF), realizada em 6 de julho, que um conjunto de iniciativas para promover um “desmonte” do serviço público colocam em risco o futuro do país. Como exemplo, citaram a ampliação da terceirização, que poderia, na prática, acabar com o concurso público, e projetos que buscam acabar com a estabilidade dos servidores, além das restrições impostas ao orçamento público, que inviabiliza serviços essenciais, sem falar na reforma da Previdência Social que pode acabar com as aposentadorias e com a própria Previdência Pública.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador **Hélio José (Pros-DF)**, organizou esta Audiência Pública para debater a importância dos servidores públicos para o desenvolvimento do país. Na Mesa da reunião, estiveram também os senhores **Oton Pereira Neves**, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, **Ely Maranhão Filho**, Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), **Petrus Elesbão**, Presidente do Sindilegis, **Charles Alcântara**, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco, representando a Pública - Central do Servidor, **João Domingos Gomes dos Santos**, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), **Pedro Egídio A. Oliveira**, Diretor Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINDIFISCO NACIONAL, e **Paulo Roberto**, Vice-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol-DF).

Na abertura da reunião o senador Hélio José disse que “A profissionalização, o estabelecimento de regras claras para as carreiras e a definição de responsabilidades claras, têm feito do serviço público uma das mais relevantes áreas para o desenvolvimento social e econômico do país. Um serviço público de qualidade, executado por servidores qualificados e comprometidos com a cidadania e com o desenvolvimento, é condição essencial e insubstituível para que o Brasil caminhe à frente, reduza as desigualdades e se torne social e economicamente desenvolvido.”

E continuou seu discurso afirmando que “Ao contrário do que afirmam ideologias neoliberais, que têm interesses que jamais conseguem confessar, o Brasil não tem muitos funcionários e nem são eles um grupo de pessoas desinteressadas e cheias de privilégios. Há sim distorções que precisam ser corrigidas e superadas, que só a democracia, a elevação da consciência política e o respeito à participação da cidadania hão de consertar.” Para ele, “especialmente nos estados e nos municípios, os servidores são mal remunerados e não têm ainda as garantias necessárias para o cumprimento de suas funções.”

O senador Hélio José colocou-se à disposição dos servidores públicos para que os represente no esclarecimento da importância de se preservar as garantias dos servidores, posto que são garantias também do Estado contra a manipulação sectária, e para que se apresentem projetos de lei dando melhores condições de trabalho aos servidores. Informou que está trabalhando com afinco para que as medidas preconizadas pelo governo não tenham eco no Senado Federal.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Ao citar as iniciativas governamentais que estão ameaçando os servidores, o Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), **Ely Maranhão**, afirmou que o ataque maior não é contra os servidores, mas contra a sociedade. Para ele, as prerrogativas dos servidores públicos têm objetivos democráticos e são uma barreira para impedir a influência negativa de quem tem interesses escusos.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Para o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), **João Domingos Gomes dos Santos**, é o servidor público que materializa a ação do Estado, essencial para uma parcela da sociedade que não tem como solucionar seus problemas no mercado.

— O servidor público é quem materializa a ação do Estado. Não existe Estado sem servidor público do ponto de vista da sua eficácia. O Estado, sem servidor público, é uma mera abstração jurídica, um monte de prédios e cadeiras — explicou.

O Presidente da CSPB destacou a importância do debate que a Comissão Senado do Futuro promove, especialmente por conta das ameaças que o país sofre com reformas que atingem os trabalhadores e restringem as opções para o futuro. Ao mesmo tempo, enfatizou a importância da ação política e legislativa dos senadores Hélio José (Pros-DF) e Paulo Paim (PT-RS), “os únicos que abrem o

Senado Federal para os trabalhadores”.

Com o neoliberalismo se implantou uma forma de gestão do Estado com referência no mercado, reduzindo a força das normas e das leis, isso é o que se quer retomar agora com essa agenda ultraliberal que retira direitos e garantias dos trabalhadores e atinge diretamente os setores sociais mais vulneráveis.

Há que se resistir e impedir a destruição do Estado e do servidor público que este governo quer promover, vaticinou.

Para o movimento dos trabalhadores a lei da terceirização é um ataque aos direitos mas também uma grande maldade contra todos os trabalhadores. Juntando a reforma trabalhista, a terceirização e o ataque à previdência social, o que se faz é retirar direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro dos patrões e para garantir o pagamento de juros para os banqueiros. O congelamento do orçamento nos próximos 20 anos vai ameaçar a educação, a saúde e a assistência social. Os mais pobres pagarão a conta.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Pedro Egídio A. Oliveira, Diretor Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINDIFISCO NACIONAL, também enfatizou o caráter indispensável dos servidores públicos como agentes do Estado. Ao tratar especificamente dos Auditores Fiscais, mostrou a importância que têm na luta contra a corrupção, contra a sonegação, como também no controle alfandegário impedindo o contrabando e até o tráfico de drogas.

Ao tratar do chamado “rombo da previdência”, informou que pelo menos 1/3 do que se tem anunciado como rombo poderia ser pago só com as dívidas previdências formadas por grandes contribuintes que foram multados pelos auditores.

Para ele, a partir de 1990 a forma de organização do Estado com base na Constituição de 1988 criou uma geração de notáveis servidores públicos, formado por quadros de grande capacidade e escolhidos por concurso.

A destruição das garantias e prerrogativas dos servidores irá acabar em esfacelamento do serviço público e fará com que os bons quadros profissionais deixem de se interessar em vir a participar de concursos públicos. São os servidores aqueles que garantem os direitos sociais da população e o desenvolvimento nacional, segundo Pedro Egídio.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), **Paulo Roberto**, argumentou que, apesar de o servidor público ser sempre associado a um custo para a sociedade, muitas vezes seu trabalho diminui custos. Como exemplo citou os auditores da Receita, que coíbem a sonegação, e os policiais federais, que prendem contrabandistas e, conseqüentemente, evitando que impostos deixem de ser pagos; e os policiais civis, que atuam contra o furto e o roubo de veículos, o que pode diminuir os custos de seguros.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Charles Alcântara, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco, representando a Pública - Central do Servidor, defendeu a manutenção do serviço público, de políticas públicas de bem estar social e destacou a vulnerabilidade do país frente a grave crise institucional que assola a vida nacional. “A única chance de haver democracia é pelo serviço público, que é solidário e universal. É preciso reverter a violência empregada contra o povo brasileiro, contra a democracia e contra a soberania popular. As reformas da Previdência e Trabalhista são peças da engrenagem do desmonte do Estado, que trazem enormes prejuízos à sociedade, mas em especial ao serviço público”, alertou.

Segundo Alcântara, a agenda de retrocessos imposta pelo poder econômico, em trâmite no Congresso Nacional e a Emenda Constitucional 95, têm o objetivo estratégico de vulnerabilizar amplas camadas da população por meio da fragilização do Estado. “Que futuro há para o serviço público com a aprovação destas medidas?”, questionou.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, **Oton Pereira Neves**, lembrou que, não se pode valorizar apenas os servidores de áreas que arrecadam. Áreas que “geram custo”, como a saúde, educação e programas sociais, por exemplo, são essenciais para a população e precisam dos servidores para funcionar.

Para ele não se deve diferenciar os servidores onde uns participariam de “carreiras típicas de Estado” e outros não. A garantia dos direitos sociais é papel típico do Estado, por isso os servidores que sustentam os direitos à educação e à saúde, por exemplo, são, ao seu entender, carreiras típicas de Estado, assim com vários outros segmentos do funcionalismo.

Segundo ele, estamos vivendo um Estado de exceção, está em curso um golpe de estado contra os trabalhadores. A Emenda Constitucional 95 é um crime, afirmou. Vai prejudicar em muito os servidores e a sociedade como um todo. Fazendo uma simulação sobre o que poderá acontecer, usando dados dos últimos anos, ele verificou que se a Emenda 95 tivesse sido aplicada em 2012, por exemplo, a educação teria perdido 377 bilhões de reais, com uma redução no investimento de 47%. Na saúde ter-se-ia perdido 295 bilhões! Isso significa um corte de 27%. É uma Emenda inédita na história das nações, um golpe contra o povo, para retirar dinheiro do povo para pagar juros aos banqueiros! Isso se completa com a terceirização, o fim da aposentadoria e a extinção da previdência pública e a reforma trabalhista, que faz o país retroceder décadas.



O futuro da logística de Mato Grosso

Uma das soluções para os problemas logísticos enfrentados por Mato Grosso passa pelos portos da região Norte. Para isso, no entanto, é preciso melhorar a malha viária que corta o estado, como os corredores das BRs 163 e 364, disseram os participantes de uma audiência pública da Comissão Senado do Futuro sobre o tema no dia 7 de agosto, em Cuiabá.

Presidida pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), Vice-presidente da Comissão Senado do Futuro, a reunião foi realizada em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

— A questão é estratégica, mas não se trata só de produção agrícola, mas de segurança para a população. A ineficiência do transporte custa ao Brasil 6% do PIB por ano. Mato Grosso tem maior custo de frete do país. Uma das alternativas é o Arco Norte, onde os produtos podem ser escoados em portos como Itaqui, no Maranhão, e Miritituba, no Pará — defendeu Fagundes.

O diretor do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, afirmou que a safra de milho e soja do Mato Grosso crescem a cada ano e o estado ainda tem 15 milhões de hectares que podem ser incorporados à agricultura. No entanto, continuou, o aumento da produção está atrelado a questões logísticas.

O superintendente estadual do Dnit, Orlando Machado, admitiu que Mato Grosso tem um débito histórico no que diz respeito à conservação de pavimentos das rodovias; entretanto, a situação tem melhorado nos últimos anos, garantiu.

— Hoje, quando se leva em conta a condição de pavimento, Mato Grosso está em 8º lugar num ranking do Dnit. Em 2001, 52% da malha viária era considerada de má qualidade e só 4% estavam em boas condições. Hoje temos um índice de 60% bom e apenas 19% ruim — declarou.

Antes do evento, houve a assinatura de acordos de cooperação técnica entre o Dnit e a prefeitura de Cuiabá e a Associação Matogrossense dos Municípios relativos à duplicação da BR-163, trecho entre a capital e Serra de São Vicente.

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, disse que por muitos anos a população vem convivendo com os perigos oferecidos pelas BRs 364 e 163. Segundo ele, o poder público municipal não poderia ficar ausente ou omissos diante de obras tão relevantes, daí a importância da assinatura dos acordos.

— Não vamos travancar o desenvolvimento da capital, mas é preciso ação coordenada com outros órgãos federais e estaduais. São obras que impactam diretamente o conforto e a qualidade de vida dos cuiabanos — afirmou.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado começa a discutir o papel do Síndico

Por iniciativa do **Senador Hélio José** (Pros-DF), a profissionalização da atividade do síndico e uma legislação para aperfeiçoar a administração dos condomínios, que atenda as demandas sociais dos moradores, começaram a ser debatidas em audiência pública promovida pela Comissão Senado do Futuro (CSF) no dia 31 de agosto. Segundo o Senador Hélio José.

A psicóloga e consultora em gestão condominial, **Landejaine Maccori** destacou as dificuldades da tarefa do síndico que, para ela, exige qualificação profissional e dedicação exclusiva. Nesse sentido, foram ressaltados avanços no reconhecimento pelo Ministério da Educação do curso de formação superior e o registro profissional do tecnólogo em administração condominial.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

— O síndico deve optar por trabalhar representando a si próprio. Atuando na qualidade de legítimo representante do condomínio. Não queremos empresas gestoras terceirizando síndicos, este é um trabalho que precisa defender os interesses dos condôminos — defendeu.

Para **Paulo Melo**, presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais, o projeto de lei ideal deve ser elaborado a várias mãos e determinar a exigência de curso ou treinamento por empresa qualificada para o exercício da função de síndico, com conhecimentos nas áreas de negócios imobiliários, engenharia, administração e direito.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

A legislação defendida por ele também deve determinar que o síndico seja “ficha limpa” com apresentação de certidões negativas e estar filiado a um órgão de classe como o Conselho Regional de Administração (CRA), ter curso de nível superior e outros requisitos. Para ele é necessário que exista uma legislação própria sobre condomínios e sobre o papel do síndico.

Ainda seria contemplada a remuneração com salário fixado sugerido entre R\$ 10 e R\$ 50 por apartamento ou casa, contrato de trabalho, décimo terceiro, pro labore, férias e impostos. O presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos

Profissionais não descarta a gestão de empresas.

— O projeto de lei que queremos formular tem o objetivo de regulamentar essa relação de fato, prevenindo conflitos que advirão dessa sistemática de administração de condomínios. Queremos o síndico profissional, gestor ou administrador condominial forte, como empresa e também como pessoa física — disse.

Paulo Melo informou que em Brasília há 17 mil condomínios e no Brasil existe aproximadamente 440 mil.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Ocupação Urbana

Tratando especialmente da regularização fundiária, **Diana Motta**, diretora de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, destacou a nova lei de regularização fundiária urbana que traz inovações como o reconhecimento das ocupações em condomínios horizontais.

Diana Motta apontou desafios como a organização desses espaços urbanos como o loteamento com acesso controlado para garantia da segurança pública, além dos aspectos de natureza tributária, administrativa e de convivência entre os moradores. O Brasil atualmente já tem mais de 440 mil condomínios, em cidades que não param de crescer e se verticalizar, a exemplo dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida.

— O Ministério das Cidades está muito centrado em aperfeiçoar todo o trabalho social nesses empreendimentos no sentido de melhorar a sociabilidade, como também a capacitação e a informação a essas famílias. Inclusive até como utilizar elevadores, a que muitas pessoas não tinham acesso — esclareceu.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Anderson Machado, representante da OAB-DF e membro do Instituto Pró-Síndico, também falou sobre a resolução de conflitos e orientou sobre a responsabilidade jurídica do síndico e dos seus colaboradores. Ele defendeu ações preventivas e o acompanhamento dos moradores com a participação efetiva dos condôminos em assembleia e atuação junto a bons advogados e contadores, entre outros conselheiros.

Ele informou também que na Justiça há um número grande e crescente de demandas judiciais que têm como base os conflitos e demandas condominiais, chegando, em São Paulo à casa de 30% dos processos que abarrotam o Judiciário.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Já **José Geraldo Dias Pimentel**, presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal reforçou a importância da regularização dos condomínios e a necessidade de uma legislação específica. Em Brasília há 45 mil empregados nos condomínios, essa atividade injeta mais de 700 milhões de reais na economia.

Ele defendeu a necessidade de se criar uma Frente Parlamentar em Defesa dos Condomínios e Síndicos. Segundo ele, há base social para isso. Entidades patronais, como a que preside, já existem em 23 estados brasileiros.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Energia solar é fundamental

Organizado para debater “**A energia solar como vetor de desenvolvimento social**”, o Seminário que a Comissão Senado do Futuro realizou no dia 14 de setembro, no Auditório do Intelrlegis, no Senado Federal, evidenciou que o Brasil desperdiça a capacidade de produção desse tipo de energia. Atualmente, a participação da fonte solar na matriz energética representa apenas 0,02% do total produzido no país.

Para este Seminário foram convidados o Sr. **Everton Lucero**, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, a Sra. **Alina Gilmanova**, Doutoranda da Unicamp, o Sr. **Cristiano Augusto Trein**, Tecnologista da Agência Espacial Brasileira e Pesquisador Associado na REPEAS, o Sr. **Hewerton Martins**, Vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar, e o Sr. **Rafael Shayani**, Professor da Universidade de Brasília.

Ao abrir o evento, o senador **Hélio José** (Pros-DF) defendeu a ideia de que a energia solar é o meio de ampliar o desenvolvimento sem ferir o meio ambiente. Segundo ele, “estamos vivendo finalmente o ponto de inflexão na área energética, que se anuncia há décadas. A era do combustível fóssil e da energia produzida à base da queima de carbono está no fim. Nas próximas décadas vamos presenciar uma transformação gigantesca na área, que afetará a vida de todas as pessoas do planeta, vai mudar a forma de consumirmos e produzirmos. Promete ser uma transformação tão grande que é muito difícil falar de futuro nesse quadro de transformações. Todas as previsões serão falhas, menos a de que haverá mudanças radicais.”

E continuou, “neste caso, quando falamos em mudanças, nossas palavras são sempre cheias de esperança e de boas novas. Estamos tratando de energias que não poluem ou que têm um impacto muito pequeno no meio ambiente.”

“No caso da energia solar, estamos falando na capacidade humana em transformar fótons em energia produtiva, barata e acessível a todos.”

E completou: “Energia solar, neste caso, é o símbolo da esperança de um mundo melhor.”

Segundo **Everton Lucero**, secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, o desafio do clima impõe a necessidade de o país repensar seu desenvolvimento:

— Qual o modelo de desenvolvimento que queremos para o país nos próximos anos? Energia solar tem importante papel para implementarmos o **Acordo de Paris** e adotarmos um modelo de desenvolvimento de baixo carbono - disse Lucero.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O secretário do Ministério do Meio Ambiente, que é diplomata de carreira e tem participado ativamente como representante brasileiro nos debates sobre aquecimento global e clima do planeta, mostrou que o Brasil tem uma grande responsabilidade da efetivação dos acordos mundiais sobre o clima. Em seu ver, é um tema que deve ser tratado como fundamental para todas as pessoas. Meio ambiente e clima são temas que já passaram a compor o centro das estratégias de desenvolvimento dos países e empresas.

No caso brasileiro, nossa matriz energética é uma das mais limpas do mundo, mas ainda é um dos setores que mais emitem gases de efeito estufa. A meta brasileira é de chegar a 45% em energias renováveis.

O Brasil, país continente, já está sofrendo os impactos do aquecimento global. Secas, cada vez mais intensas e extremadas, e cheias estão se agravando. Por isso o Brasil apresentou aos demais países metas de redução das emissões de carbono de 37% a 43% até 2030. E precisamos fazer isso criando empregos e promovendo o desenvolvimento econômico.

A questão hoje ao Brasil e ao mundo não é mais uma escolha, é uma exigência. Se não fizermos nada para deter o aumento do efeito estufa, jamais conseguiremos superar a pobreza e as desigualdades e não conseguiremos romper as barreiras que os distúrbios climáticos colocarão à nossa economia, afirmou o Secretário do Ministério do Meio Ambiente.

Entre os desafios citados para ampliar a produção de energia solar, estão os custos elevados e a ausência de linhas de crédito subsidiadas para empresários e potenciais consumidores.

Uma das grandes vantagens do investimento em energia fotovoltaica é que promove a geração de empregos qualificados, além de ser ambientalmente correto.

O Brasil tem um grande potencial na criação de um grande setor de produção de energia solar. Entre as dificuldades que teremos que criar está na criação de uma estratégia de financiamento própria.

— A questão do financiamento é um nó que precisamos resolver e só vamos resolver esse nó com uma decisão política - destacou Lucero.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Alina Gilmanova, doutoranda da Universidade de Campinas (Unicamp), cuja pesquisa concentra-se no comparativo entre a política de energia solar brasileira e a chinesa, disse que o Brasil poderia se inspirar em outros países como a China que tem um programa de energia solar como instrumento de política social. Hoje, disse ela, 30 milhões de chineses contam com energia elétrica graças a uma

política subsidiada de produção de energia solar. Ela e outros participantes citaram ainda os pontos positivos da instalação de painéis fotovoltaicos em escolas, hospitais e outros prédios públicos.

Alina demonstrou que a ideia que se cria sobre determinado fenômeno é capaz de fazer com que as coisas aconteçam de fato ou fazer com que sejam paralisadas. Se as pessoas acharem que associada à ideia da energia solar estiver o conceito de que é uma energia cara, as pessoas não vão investir nessa forma de geração de energia. E o pior, é que muitos pensam, erroneamente, que é uma energia cara. Essa ideia precisa mudar.

Ela mostrou exemplos de sucesso de vários países em desenvolvimento e recomendou que os brasileiros em vez de ficarem só se mirando no que fizeram os países desenvolvidos também procurem ver o que estão fazendo a Índia, a China e vários países de África. Há muita criatividade no que estão fazendo e também a demonstração de que o investimento em energia solar gera empregos de qualidade, promove a desconcentração econômica e oportunidades para as economias locais.

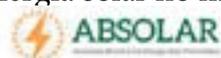


Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Indo na mesma direção, **Hewerton Martins**, vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), demonstrou que o investimento na micro e mini geração distribuída (geração de energia pelos próprios consumidores) vai reduzir a conta de luz do cidadão e os gastos do governo com transmissão e distribuição.

— Não é um projeto para o futuro, mas para o presente. Já temos capacidade de produzir, precisamos agora aumentar a escala – apontou. Muitos têm a ideia que a energia solar é coisa para o futuro. Ele enfatizou, assim como outros participantes, que a ideia correta é que ela é a energia do presente. O potencial de crescimento é muito grande. Um mercado de grande

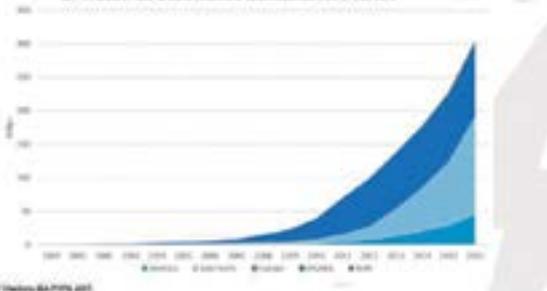
crescimento hoje e nos próximos anos. A figura abaixo mostra bem o crescimento exponencial da energia solar no mundo.



O Mercado Fotovoltaico no Mundo

- Capacidade instalada acumulada total: 305 GW (+75 GW em 2016).
- Explosão de investimentos em solar fotovoltaica no mundo.
- Interesse do mercado e poder de escolha direta dos consumidores.

Evolução da Capacidade Instalada no Mundo



Hewerton Martins mostrou que nos últimos 24 meses os custos de implantação de um sistema de energia fotovoltaica reduziu-se em aproximadamente 43%. Barateou e ficou mais eficiente. Isso tanto nas instalações pequenas e médias como no preço geral da energia.

A Absolar reúne hoje mais de 190 empresas, tanto industriais e de serviços, isso lhe trouxe um conjunto de experiências e conhecimentos que a coloca em situação privilegiada na interlocução para a definição de políticas públicas no setor.

Até dezembro de 2017 o Brasil deverá chegar ao seu primeiro GW, com investimentos feitos basicamente pelo setor privado. Hoje o Brasil tem instalado 282 MW, mas temos o potencial de chegar a 28 milhões de MW.

Em termos de empregos qualificados, nos Estados Unidos, o setor que mais empregou no último anos foi a área de energia fotovoltaica. Foram 25 a 30 empregos diretos por cada MW de produção. Além disso, os benefícios da energia solar fotovoltaica na esfera socioeconômica, segundo a Absolar, são: redução dos gastos de energia elétrica para a população e empresas; atração de novos investimentos privados; geração de empregos locais de qualidade; desenvolvimento de uma nova cadeia produtiva no país; aquecimento das economias locais, regionais e nacional; na esfera ambiental, os benefícios são: geração de energia limpa, renovável e sustentável; contribui para atingir as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa; não emite gases, líquidos ou sólidos durante a operação; não gera ruídos, não possui partes móveis; na esfera estratégica, os benefícios são: diversificação da matriz elétrica brasileira; ampliação do uso de energias renováveis; redução de perdas por transmissão e distribuição.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Estabelecendo uma ponte entre a tecnologia e as aplicações sociais, o **Dr. Cristiano Trein**, da Agência Espacial Brasileira, apresentou um quadro geral da criação das cidades inteligentes. Para ele, a energia solar é um dos principais elementos constitutivos na criação e desenvolvimento de cidades inteligentes, pois tanto atende à premissa de se colocar as pessoas no centro das ações públicas, como respeita o meio ambiente.

Nesse sentido, apoiou a organização de um projeto no Distrito Federal onde se possa aplicar nas áreas de saúde e educação um modelo de produção descentralizada de energia solar fotovoltaica.

A Alemanha está em meio a uma transição energética para abandonar o carvão e as usinas nucleares, estratégia que colocou o país na liderança da energia solar. O exemplo alemão foi citado pelo **Dr. Rafael Shayani**, professor da Universidade de Brasília (UnB), como modelo que deveria ser seguido pelo Brasil. Ele enfatizou nosso potencial:



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

— A energia solar é democrática, ela incide no mundo todo. A região com maior incidência de sol na Alemanha tem menos sol do que a região mais nublada do Brasil – apontou.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (PMDB-DF), disse que o país precisa de um marco regulatório para o setor e cobrou do governo maior atenção para a questão.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

ECAD não deveria cobrar taxas de rádios comunitárias

Representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) afirmaram, na segunda Audiência Pública realizada para tratar do futuro das rádios comunitárias, em 28 de setembro, que as rádios comunitárias não têm condições de pagar as taxas cobradas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) à título de direitos autorais e outros.

O senador **Hélio José** (Pros-DF), presidente da Comissão Senado do Futuro, informou que este debate se fazia necessário para que o Ecad pudesse explicar as denúncias e as críticas apresentadas na Audiência Pública de 22 de junho passado. Mas o Ecad se recusou a comparecer e apresentar suas razões. Para tentar solucionar a situação que poderá levar as rádios comunitárias ao fechamento e, assim, colocar em risco o direito à comunicação, o senador Hélio José anunciou a apresentação de um projeto de lei isentando as rádios comunitárias de pagamento de direitos autorais de músicas e das taxas do Ecad. Disse que, contando com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) irá debater o assunto com a área cultural e com as rádios e adotar o texto que seja de consenso e ainda pedirá a anistia a todas as dívidas e multas que as rádios têm com o Ecad.

Ronaldo Martins, secretário geral da Abraço, considerou uma “aberração” o Ecad equiparar as rádios comunitárias com as rádios comerciais. Isso porque, uma tem finalidade comercial, recebe publicidade, tem seu faturamento, e a outra é constituída sem fins lucrativos, tem uma abrangência muito menor, e não pode fazer publicidade.

— Estão tratando desiguais como iguais. As rádios



Ronaldo Martins

Foto: Roque de Sá/Agência Senado

comunitárias podem até sobreviver mais seis meses, um ano, mas até quando vão sobreviver não sabemos. A dificuldade de ter essas rádios funcionando no dia a dia é muito grande — disse.

Ao elogiar a atuação do senador Hélio José, o secretário geral da Abraço sugeriu que a entidade se mobilize a nível nacional para convencer pelo menos um senador por estado a defender as rádios comunitárias e, assim, formar uma bancada nacional de peso.

Cobrança não é devida

Na mesma linha da Abraço, **Rodrigo Gebrim**, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), afirmou que a posição do Ministério é de que não deve haver a cobrança. Segundo ele, a fonte de renda da rádio comunitária, que é o apoio cultural, é para ela se manter difundindo a cultura em comunidades de acesso restrito.



Rodrigo Gebrim

Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Em nome do MCTIC, ele se colocou à disposição das rádios comunitárias sugerindo que nas ações judiciais incluam o Ministério como testemunha, para que oficialmente se possa informar os juízes do que prevê a legislação e como deve ser interpretada a lei. Ele imagina que muitos juízes não têm o devido conhecimento da área e acabam julgando de forma equivocada.

Os participantes explicaram ainda que não há critérios para a cobrança e que muitas vezes a rádio comunitária acaba pagando até mais caro do que as comerciais. Eles consideraram as rádios comunitárias como essenciais à consolidação da democracia brasileira. Para eles, essas rádios informam e difundem a cultura popular “falando a língua” das comunidades locais.

Para o **senador Hélio José** (Pros-DF) isentar as rádios comunitárias da cobrança do Ecad seria uma forma de incentivo para manutenção dessas rádios que, segundo ele, são indispensáveis na promoção da cultura popular.

Estima-se que no Brasil existam quase cinco mil rádios comunitárias. Elas fazem um serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operado em baixa potência (25 watts) para atender a uma comunidade específica.

As lideranças do movimento das rádios comunitárias destacaram que a radiodifusão é uma concessão, isto é, o Estado faz um contrato com particulares para que estes, por um determinado período de tempo, executem um serviço público. Só que no Brasil, isso passou a ser uma propriedade privada, das rádios e televisões, sob controle de uma minoria que faz e desfaz. E o Estado, inclusive o Judiciário, acabam se submetendo à pressão desses donos das comunicações. Qualquer movimento de mudança abala os donos das rádios, que se movimentam para preservar privilégios e ameaçam os políticos, que têm medo de nunca mais aparecerem nas rádios e TVs.

O presidente da Associação Brasileira de



Geremias dos Santos

Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Radiodifusão Comunitária (Abraço), Sr. **Geremias dos Santos**, afirmou que é o momento de se debater a ampliação do escopo da Lei 9.612/98 (lei que criou as rádios comunitárias). Com a ampliação da faixa de Frequência Modulada (FM), agora agrangendo também as faixas de 76 a 108 MHz, nada impede que o governo possa conceder às rádios comunitárias outras posições na frequência, além daquela que a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel designa. Isso evitará problemas de sobreposição e garantirá qualidade às transmissões. Além disso, para o presidente da Abraço, é hora de se discutir também o aumento da potência, de 25 para 250 watts.

A Abraço, segundo Geremias dos Santos, também reivindica a anulação (anistia) das multas aplicadas pela Anatel às rádios comunitárias. Lembrando que essas multas são derivadas da luta das rádios comunitárias por existir. Sem essa luta e a desobediência civil que elas expressaram, as rádios comunitárias nem existiriam, posto que se confrontaram com o poder das empresas comerciais que dominam o espaço da radiodifusão brasileira.

Geremias dos Santos propõe que o Legislativo, Câmara e Senado, debata a ampliação da faixa de FM.

O senador Hélio José se comprometeu a debater o assunto com o deputado federal Adelmo Leão (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa das Rádios Comunitárias.

Pelo portal E-cidadania, do Senado Federal, muitos cidadãos acompanharam o debate e se manifestaram, assim como o Sr. **James Correio**, do Paraná, que enviou uma mensagem afirmando que as rádios comunitárias “surgiram das necessidades das comunidades locais. Não recebemos por isto! Por que não somos isentos do Ecad?”, a mesma posição foi defendida por **Adilson Sousa**, do Maranhão, **Eduardo Rocha**, da Bahia, **Carlos Roberto de Oliveira**, do Rio de Janeiro, **Renato Marques**, do Rio Grande do Sul, entre muitos outros.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Privatizar a Eletrobrás trará aumento de custos ao povo e perda estratégica

O presidente da Comissão Senado do Futuro (CSF), **senador Hélio José** (Pros-DF), anunciou que vai pedir a criação de uma CPI no Senado para examinar a real situação da Eletrobras e o processo de privatização da estatal na Audiência Pública realizada no dia 24 de outubro, que debateu os impactos das privatizações do setor elétrico e suas consequências para o Brasil.

Participaram da Audiência o Sr. **Wilson Ferreira Junior**, presidente da Eletrobras, o Sr. **Íkaro Chaves Barreto de Souza**, representando a Federação Nacional dos Urbanitários, o Sr. **Mauro Martinelli Pereira**, Diretor de Distribuição da Companhia Energética de Brasília, e o Sr. **Leandro Caixeta Moreira**, representante da Agência Nacional de Energia Elétrica.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Já o presidente da Eletrobras, **Wilson Ferreira Junior**, justificou a privatização como forma de conter o crescente custo da geração e distribuição de energia elétrica. Ele questionou se a sociedade brasileira deseja pagar pela conta do risco hidrológico. Esse risco, segundo ele, é resultante da variação do nível das barragens que movimentam as turbinas, sendo pago pelo consumidor, através das chamadas bandeiras tarifárias.

A Eletrobras é a maior empresa elétrica da América Latina e 16ª maior do mundo e acumulou nesses 55 anos de existência aproximadamente 171 bilhões em ativos.

O presidente da Eletrobras, um gestor de grande sucesso por todas as empresas por onde passou, fez um relato detalhado da situação financeira da estatal. Destacou que depois da MP 579, nos últimos quatro anos, a empresa perdeu 20% de suas receitas, sem que tenha ocorrido queda nas despesas. Por conta disso teve 31 bilhões de reais de prejuízo no período e investiu 60 bilhões. Em julho de 2016, quando chegou à Presidência da empresa, afirmou Wilson Ferreira Júnior, a dívida da empresa já superava o patrimônio líquido.

A partir daí desenvolveu um plano de reestruturação



Senadora Fátima Bezerra

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Ao afirmar que a empresa é estratégica para o desenvolvimento do país, a **senadora Fátima Bezerra** (PT-RN) pediu ao Congresso Nacional que impeça o governo de atentar contra a soberania nacional, com o processo de privatização da estatal. Para o Nordeste, a perda da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf é um crime sem precedentes e coloca em risco os projetos de segurança hídrica iniciados pelo presidente Lula, que beneficiam milhões de brasileiros.

da empresa. De lá para cá, a companhia procurou se focar naquilo que ela é relevante, por isso a decisão de sair da distribuição, área onde 80% é formado por empresas privadas. O setor elétrico mudou muito nos últimos anos e a empresa estatal tem mais dificuldade de operar neste ambiente. Em junho de 2016, quando assumiu a presidência da empresa, a União detinha aproximadamente 5 bilhões de reais, hoje detém 12 bilhões. Um marco importante de sucesso da gestão.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O representante do presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), **Leandro Caixeta Moreira**, procurou tranquilizar os que se opõem à privatização. Explicou que a tarifa é regulada pela Aneel e “isso dá ao Estado condições de garantir os direitos do consumidor e a qualidade dos serviços”.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Há quem discorde da afirmação da Aneel, o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, **Íkaro Chaves Barreto Sousa**, afirmou que o Brasil tem uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo.

— Isso é incompreensível, quando se sabe que 68% da energia elétrica produzida no país tem origem hidráulica, que é a mais barata entre todas as demais fontes de produção — questionou.

Segundo **Íkaro Chaves**, desde 1995 a tarifa de

energia para o setor industrial subiu 134% acima da inflação e 55% para o setor residencial. Para ele, a regulamentação não é uma garantia de que os direitos dos consumidores e dos trabalhadores serão respeitados. — O que vai ocorrer na prática é uma concentração de mercado, colocando a energia no Brasil nas mãos de poucas empresas, a exemplo do que aconteceu com os bancos — ressaltou.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Para o Sr. **Mauro Martinelli Pereira**, diretor de distribuição da Companhia Energética de Brasília - CEB - a proposta do governo federal de privatização da Eletrobras não está clara, não foi apresentada ainda ao país, mas o Ministro das Minas e Energia já fala que isso se dará em 6 meses. Para ele a falta de informações e a pressa já anunciada denota que o governo fará alterações na legislação por meio de Medida Provisória e não promoverá o debate necessário com a sociedade.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Manifestando a preocupação com o processo de privatização que provocará a desnacionalização da engenharia e a perda de soberania, também se pronunciaram os engenheiros **Fábio Rezende da Silva**, representante da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros – FISENGE, e **Carlos Arthur Hermes Fonseca de Souza Coelho**, presidente da Associação dos Contratados de Furnas Centrais Elétricas e Diretor Executivo do Sindicato de Energia do Rio de Janeiro (foto acima).



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

É necessário melhorar a lei dos bombeiros civis

Representantes de entidades ligadas aos bombeiros civis discutiram, no dia 26 de outubro, a regulamentação da categoria. Um dos principais pontos citados pelos participantes é a obrigatoriedade de contratação desses profissionais em recintos com grande circulação de pessoas. De acordo com eles, apesar de não ser prevista na lei atual que rege a categoria, a obrigatoriedade está em outras normas que não são cumpridas.

Diferentemente dos bombeiros militares, que são servidores públicos vinculados aos estados e ao Distrito Federal, os bombeiros civis trabalham dentro de empresas e ambientes públicos e privados, como shoppings, hospitais e faculdades, por exemplo. Esse tipo de profissional é conhecido em alguns estados como brigadista.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Civis do Distrito Federal, **Marcondes Alves Barbosa**, explicou que os bombeiros militares são acionados quando há um incêndio, enquanto os bombeiros civis atuam na prevenção e no combate inicial ao incêndio, antes da chegada dos bombeiros militares.

De acordo com o presidente do sindicato, a atual lei de regulamentação da categoria sofreu vetos para evitar conflito com bombeiros militares. Ele garantiu que a intenção não é competir com os militares, mas sim fazer com que a lei seja cumprida.

— Não queremos conflito. Nós somos prevencionistas, não estamos aqui para tomar o espaço de ninguém — disse.

Para o presidente da Comissão Senado do Futuro
34 - Comissão Senado do Futuro

(CSF), **senador Hélio José (Pros-DF)**, que pediu a audiência pública, a profissão de bombeiro civil é de extrema importância para a sociedade brasileira, dada a proteção que oferecem às pessoas e ao patrimônio. Por isso, é necessário um debate sobre a regulamentação. Para ele, é preciso garantir a contratação desses profissionais em prédios e eventos.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, segundo informou ao plenário, é usar o debate para colher subsídios e elaborar um projeto de lei. O texto deve tratar de aspectos como a criação de um conselho federal da profissão; os parâmetros para o trabalho; a padronização nacional do uniforme; e a instituição dos cursos de graduação e técnicos de qualificação profissional além da obrigatoriedade de contratação.

O presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis, **Ivan Campos de Carvalho**, disse que a lei que regulamenta a categoria não obriga estabelecimentos a contratar os bombeiros civis. Para ele, uma maneira de aumentar o número de profissionais contratados seria incluir essa obrigatoriedade em um decreto de regulamentação da lei.

O presidente do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil, **Rafael Alves de Oliveira**, disse que outras normas criam, sim, a obrigatoriedade de contratação de bombeiros civis. A fiscalização, para ele, precisa ser efetiva para que haja a contratação desses profissionais. Ele defendeu a criação de um conselho de classe, como autarquia, para que essa fiscalização seja padronizada.

— A nossa proposta é de criação do conselho de



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

classe para que nós possamos fiscalizar o que é da competência do brigadista e também o que não é, porque nós não podemos usurpar a profissão do bombeiro militar. Não há, hoje, competição entre bombeiros civis e militares, o que há é uma pequena falta de diálogo.

O presidente da Federação Brasileira de Bombeiro Civil, **Handerson Fábio**, citou várias normas que preveem a contratação dos bombeiros civis. Para ele, além do emprego, a obrigatoriedade é uma questão de segurança para as pessoas. Como exemplo, ele citou o incêndio na boate Kiss, no Rio Grande do Sul, que matou 242 pessoas em 2013.

— O que se olha, aqui não é só emprego, mas emprego com a preservação da vida — lembrou. O Coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho, **Sergio Barreto**, explicou que não há problema em regulamentar a profissão, desde que não haja

conflito com a lei. Ele afirmou que não há, no governo, uma proposta de decreto para a regulamentação, mas se comprometeu a discutir com os outros ministérios, caso o governo apresente uma proposta.

O presidente ao final também concedeu a palavra ao **Major Rodrigo Quintino**, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, que esclareceu que em São Paulo há uma lei complementar de 2015 que criou um sistema estadual de combate ao incêndio e emergências, onde estão incluídos os bombeiros civis, ele também sugeriu que na continuidade do debate se convidem também os bombeiros militares e o Ministério da Justiça, ao Sr. **Antonio Francisco** (Chico Bombeiro), ao Sr. **Vinicius Bastos**, Vereador **Reginaldo Engenheiro**, Sr. **Cristiano Vargas**, ao Sr. **Ceciliano Junior**, à Sra. **Leila Brandão**, vice-presidente do CNBC e à Sra. **Vanessa Barros**, que elogiaram o debate e reforçaram a necessidade de aprimoramento da legislação.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado





Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Servidores Públicos são essenciais

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu no dia 9 de novembro a segunda Audiência Pública para debater as condições do servidor público diante de medidas do governo federal que atingem a categoria. Os participantes foram unânimes em criticar a Medida Provisória (MP) 805/2017, que amplia de 11% para 14% a contribuição previdenciária de servidores federais e adia aumentos de salário de 2018 para 2019. Em alguns casos, o aumento previsto foi cancelado pela MP, fato que os palestrantes afirmaram ser inconstitucional e que gerará demandas na Justiça.

Foram convidados para esta Audiência Pública o Sr. **Petrus Elesbão**, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), o Sr. **José Devanir de Oliveira**, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO Nacional, o Sr. **Sérgio Ronaldo da Silva**, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef; e o Sr. **Alex Canuto**, Presidente da Anesp-Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e Diretor da Pública– Central do Servidor.

O presidente da Comissão, senador **Hélio José (Pros-DF)**, defendeu uma maior valorização para as carreiras públicas e pediu uma gestão mais eficiente dos recursos do orçamento. O senador, que sugeriu e presidiu o debate, lembrou que é servidor público concursado, manifestou solidariedade com os servidores e criticou a iniciativa do governo com a MP.

— Não esperávamos que essas mudanças fossem propostas por medida provisória, sem permitir o

debate. É uma perversidade o que o governo vem fazendo com o servidor — lamentou o senador.

Para o senador Hélio José, “a crise fiscal por que passa o País é, sobretudo, uma crise de arrecadação. A arrecadação caiu em função da crise econômica. Mas a queda da arrecadação se dá também em função do perdão de dívidas e descontos em refinanciamento de dívidas que acabam dizendo aos bons pagadores que eles são bobos porque pagam em dia, melhor vida têm os maus pagadores e devedores contumazes. É uma crise agravada por causa de uma gestão incorreta e pendurar a crise nas costas do servidor público não resolve o problema, apenas agrava a situação.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), **José Devanir de Oliveira**, classificou a MP como um “pacote de maldades”. Ele lembrou que há uma previsão constitucional de revisão salarial a cada ano. Assim, seria inconstitucional o adiamento dos aumentos salariais dos servidores. Segundo Oliveira, com o aumento da contribuição previdenciária e sem o

reajuste previsto, haverá na verdade uma redução salarial.

Ele ainda sugeriu ao governo retomar a tributação sobre lucros e dividendos – o que poderia gerar, acrescentou, recursos de mais de R\$ 18 bilhões ao ano.

— O governo penaliza os servidores e faz um monte de renúncia fiscal. É um absurdo essa MP — criticou o diretor.

O diretor do Sindifisco também informou que o governo mantém os mais ricos a salvo de impostos, assim como os capitais especulativos e a remessa de lucros para o exterior.

O senador Hélio José comentou que o Senado Federal “acaba de aprovar, por unanimidade o relatório final da CPI da Previdência, de minha autoria, que demonstra, em 253 páginas, que a Previdência é superavitária; que há imensa inconsistência nos dados e informações fornecidos pelo Poder Executivo; que é falsa a tese de que o nosso modelo é insustentável. Foram seis meses de trabalho. Foram 31 audiências públicas. Ouvimos mais de 140 pessoas. Para quê? Para que o Governo Federal viesse agora, sem conversa, sem debate, sem discussão, simplesmente aumentar a alíquota previdenciária dos servidores públicos? O que torna nosso modelo desequilibrado – e a CPI da Previdência o demonstrou bem – é a sonegação, é a fraude, é a má-fé.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), **Sérgio Ronaldo da Silva**, também criticou as medidas tomadas pelo governo, o qual classificou como “corrupto e golpista”. Cumprimentou os senadores Paulo Paim e

Hélio José pela condução da CPI da Previdência, provando que não há déficit.

Para ele, os servidores públicos estão sendo usados, assim como o fez os ex-presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique, com a diferença de que esses foram eleitos e a sociedade sabia a que vinham.

Ao mesmo tempo criticou o PLS 116/2017, que atenta contra a estabilidade e as garantias do servidor público.

Por fim, conclamou os trabalhadores a terem um voto consciente nas eleições de 2018, não deixando que aqueles que votaram contra os trabalhadores e pela retirada de direitos sejam reeleitos quer para a Câmara dos Deputados, quer para o Senado Federal.

Síntese das Medidas da MP 805

Quadro 1
Alterações de MP 805/17 a impacto previsto pelo Governo Federal

Medidas	Propostas	Impacto (Ano)
Reajustes 2018 – Poder Executivo Federal	Postergar em 1 ano os reajustes concedidos aos servidores civis	R\$ 5,27 BI (2018)
Reajustes cargos comissionados e gratificações – Poder Executivo	Cancelar reajustes previstos	R\$ 175 MI
Incremento na contribuição para o RPPS – União	Alterar as alíquotas de contribuição previdenciária de forma progressiva até 14%	R\$ 1,9 BI (2018)
Redução de gastos com ajuda de custo – Poder Executivo	Limitar pagamento a uma única remuneração	R\$ 49 MI
Redução de gastos com auxílios-moradia – Poder Executivo	Limitar pagamento a uma única remuneração	R\$ 35,6 MI
Total		R\$ 7,729 BI

Foto: Projeção: INSS/2018, Instituto de Previdência, Complementar e Saúde. Baseado em: Estado Nacional, Brasília Nacional

Outras Renúncias Fiscais

O Governo Federal tem praticado outras medidas que representam expressiva renúncia de receitas, em montante muito superior à “economia” com o ajuste proposto pela MP 805. São elas:

- Desoneração da folha de pagamento, uma renúncia fiscal de **R\$ 77,9 bilhões de 2012 a 2016**.
- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social.
- Somente em 2017 a previsão dessas duas renúncias soma quase R\$ 30 bilhões.

2016-17	2016	2017
Renúncia		68 milhões
Desoneração da Folha	15.171	17.030
Filantropias	11.033	12.451
Soma	26.204	29.481

Foto: STN, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Dez. 2016. Elaboração: Departamento de Estado, Técnico do Sindifisco Nacional

Nosso sistema tributário contempla uma série de outras renúncias e isenções, em nível infraconstitucional, as quais, se suspensas, proveriam o Governo Federal de recursos necessários para fazer frente à atual crise fiscal. Citamos:

- Cobrança do Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos da Pessoa Física.
➢ Adotado pela maioria dos países desenvolvidos. O Sindifisco propõe que seja retomada a cobrança, de forma progressiva, isentando 2/3 dos contribuintes de micro e pequenas empresas.
- Fim dos Juros sobre o Capital Próprio (art. 9º Lei 9.249/95). Benefício a proprietários de empresas que recebem isenção de IR sobre os capital investido na produção.
- Retorno da Cobrança de IR sobre a Remessa de Lucros ao Exterior (revogação do art. 10º da Lei nº 9.249/95)



“O governo quer colocar a culpa nos servidores”

*Petrus
Elesbão*

Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Na visão do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), **Petrus Elesbão**, o governo não tem competência de gestão e quer colocar a culpa nos servidores. Ele disse que a sonegação fiscal chega a R\$ 450 bilhões ao ano e o governo pouco faz sobre a questão.

— Os maiores devedores são as grandes empresas e a gente vai ter de pagar essa conta de novo? Não, chega! A sociedade é quem mais sofre com o desmonte do serviço público — declarou Elesbão, que ainda sugeriu a taxaçoão de grandes fortunas.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Para o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), **Alex Canuto**, as medidas provisórias de ajuste fiscal são apenas “cortina de fumaça”. Canuto fez questão de destacar que são os próprios servidores públicos que têm que cuidar da máquina estatal, pois os políticos atuais não estariam prontos para essa missão.

Segundo o presidente da Anesp, a MP 805/2017 é “um engodo e uma pedalada fiscal”, pois já existe jurisprudência que garante o direito dos servidores ao aumento cuja tabela já tenha sido publicada. Canuto ressaltou que a economia pretendida pelo governo com a MP é de pouco mais de R\$ 4 bilhões. No entanto, para barrar as duas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer, o governo gastou cerca de R\$ 32 bilhões – com liberação de emendas e perdão de dívidas.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

A servidora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) **Liliane Moraes**, que é deficiente visual e mestre em Ciências Sociais estava na plateia e pediu melhores condições para os servidores deficientes. Segundo Liliane, apesar dos amparos legais, o servidor deficiente ainda não é visto “como trabalhador e sim como um ônus”. Ela disse que muitas condições de acessibilidade previstas na lei ainda não foram implementadas, o que terminaria por atrapalhar o desenvolvimento profissional do servidor deficiente.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

Setor imobiliário gera renda e empregos

Representantes do setor imobiliário cobraram na Audiência Pública realizada no dia 7 de dezembro a redução dos juros para o financiamento da casa própria. Eles também pediram um marco regulatório para as rescisões de contrato, os chamados distratos, a diminuição da burocracia na construção dos empreendimentos, a fim de tornar segura a atuação do setor, e linhas de crédito mais estáveis e presíveis.

Participaram da Audiência Pública convocada pelo presidente da Comissão Senado do Futuro, senador **Hélio José (Pros-DF)**, os senhores **Júlio Cesar Peres**, Diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon-DF, **Paulo Roberto de Moraes Muniz**, Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI/DF e representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA, **Hermes Rodrigues de Alcântara Filho**, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal - CRECI-DF, **João Teodoro da Silva**, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI, e **Paulo Octávio**, empresário do setor imobiliário e Ex-Governador do DF.

Ao abrir a reunião, o senador **Hélio José** disse que “o mercado imobiliário é um dos principais setores da economia e gera muitos empregos no país. O total de crédito imobiliário concedido pelos bancos chegará a 117 bilhões de Reais neste ano, ante 116 milhões de Reais em 2016, incluindo recursos que têm a poupança como fonte e os do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Há expectativa de retomada do crédito imobiliário no próximo ano. A redução da taxa Selic para 7%, com viés de queda, traz alento ao mercado imobiliário, O Banco do Brasil e os principais bancos privados já anunciaram redução em suas taxas. Se vencidas as dificuldades recentes na oferta de crédito imobiliário pela Caixa Econômica Federal, poderá se confirmar certo otimismo do

mercado para o próximo ano.”



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), **Júlio Cesar Peres** disse que a expectativa é de que haja melhorias no primeiro semestre de 2018, com a recuperação do emprego e a realização das eleições, que “deixarão um horizonte mais claro para as incorporadoras e o mercado”.

Essa esperança vem depois de um período longo de algumas dificuldades. A partir de 2012, como relatou Peres, observou-se no mercado brasileiro a saída dos investidores especuladores (o que não foi um fato de todo ruim), devido a vários fatores que afetam todos os empreendimentos, entre eles a longa espera para obtenção de alvará dos imóveis; houve aumento do desemprego por conta da redução de investimentos; os juros aumentaram; assim como se verificou também a retirada de empresas que não eram do ramo imobiliário e a redução de preço dos imóveis na planta, ocasionando distratos que chegaram a mais de 90% em alguns investimentos e expondo insegurança jurídica das incorporadoras.

Na forma em que se encontra atualmente a

legislação, esses distratos, que aparentemente protegem o comprador, acabam gerando uma situação de instabilidade e insegurança jurídica no setor, provocando a redução de investimentos e a descapitalização de incorporadoras.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi/DF), **Paulo Roberto de Moraes Muniz** (foto acima) disse que o mercado imobiliário sofreu nos últimos anos e que, além das dificuldades na aprovação de projetos, houve problemas na liberação do “habite-se” de alguns empreendimentos, levando mais de dois anos para a obtenção do documento. Muniz disse ainda que a recessão econômica provocou desequilíbrio entre as construtoras e os clientes, ocasionando distratos que colocaram em risco os empreendimentos. Ele ressaltou ainda que a indústria da construção civil trabalha com cenários de longo prazo, que dependem do cenário econômico e da confiança dos empresários. Muniz disse ainda que o mercado pode ficar muito limitado apenas com os recursos do FGTS e da poupança.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, **João Teodoro** (foto acima) aposta na recuperação futura do mercado imobiliário, apesar do crescimento tímido do setor. Ele estima que a participação da cadeia produtiva imobiliária no Produto Interno Bruto (PIB) seja

de 18%. Ressaltou que o déficit habitacional atual, “que continua crescente”, é de 5,2 milhões de unidades, e defendeu a ampliação da oferta de financiamentos habitacionais

— Tivemos o período de boom de 2005 até meados de 2012, com o superaquecimento do mercado. A abundância de recursos financeiros no período acostumou mal o mercado, que se acostumou a ganhar dinheiro, e os incorporadores acreditaram demais no período e acabaram estocando terrenos e produtos, construindo muito além daquilo que construiríamos — afirmou.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal (Creci-DF), **Hermes Rodrigues de Alcântara Filho** (foto acima) defendeu a ampliação na concessão de crédito imobiliário a taxas mais condizentes com as praticadas no mercado, favorecendo o cliente na aquisição da casa própria. Ele também cobrou a atualização da legislação que rege a categoria, como forma de ampliar o espaço de atuação profissional dos corretores.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O empresário da construção civil, ex-senador e ex-governador do Distrito Federal, **Paulo Octavio**, defendeu a valorização dos corretores de imóveis e arquitetos, além do equilíbrio no mercado, incentivo ao mercado pelos governos estaduais e municipais, compromisso com a estética e a beleza das construções - “cada construção não é um prédio, é uma obra de arte”, regularidade e constância na concessão de financiamentos pela Caixa Econômica Federal.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

A crise hídrica do DF em avaliação

A Comissão Senado do Futuro promoveu, no dia 11 de dezembro, a segunda Audiência Pública sobre a crise hídrica no Distrito Federal – onde a população enfrenta o racionamento de mais de um dia sem água por semana (algumas localidades têm ficado mais de uma semana sem água) desde o início do ano. Os participantes da audiência pública apontaram que a crise hídrica no DF é de fato grave, mas elogiaram o envolvimento da população diante do problema e apontaram que há uma luz no fim do túnel.

Convocada pelo presidente da Comissão Senado do Futuro, **senador Hélio José (PROS-DF)**, com o intuito de verificar e avaliar as ações tomadas pelos gestores governamentais durante o ano para minimizar os efeitos da crise sobre a população do Distrito Federal, participaram dessa Audiência o professor **Dr. Carlos Henrique Ribeiro Lima**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos da Universidade de Brasília - UnB, **Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles**, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF - ADASA, **Henrique Mendonça de Faria**, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Distribuição e Purificação de Água e em Serviços de Esgotos no Distrito Federal – Sindágua, e o **Dr. Og Pereira de Souza**, Conselheiro da OAB-DF.

O presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa), **Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles** (foto ao lado), elogiou a mobilização da população do Distrito Federal para a economia de água. Segundo Salles, houve uma redução de 10% na média de consumo de água por unidade residencial ao longo do ano de 2017. Ele acrescentou que a situação local deve melhorar, já que há duas novas obras de captação e outra de ligação que estão sendo integradas ao sistema de abastecimento do DF.

Para o próximo ano, conforme informou o

presidente da Adasa, a tendência é a média de chuvas continuar menor que a média histórica, embora seja muito difícil “ter certeza nas previsões”. Salles reconheceu que é desconfortável para a população ter de lidar com o racionamento, mas lembrou que a situação é grave e exige medidas de economia.

- A Adasa está acompanhando o andamento dos reservatórios e a curva da chuva. Se tudo correr bem, será possível evitar o segundo dia de racionamento - afirmou.

Além das obras de interligação entre os sistemas e a obra de captação de água do Lago Paranoá, que ajudaram no manejo das águas e permitiu minorar



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

as dificuldades da população, a continuidade das obras de adução do Corumbá IV será a boa notícia para todo o Distrito Federal. Essa obra está com previsão de término para outubro do próximo ano e proverá o DF com 1.400 litros por segundo.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

Na mesma linha de raciocínio, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Distribuição e Purificação de Água e em Serviços de Esgotos no Distrito Federal (Sindágua), **Henrique Mendonça de Faria**, afirmou que é importante que toda a sociedade se envolva na busca de soluções para a crise hídrica.

Ele criticou a histórica falta de investimentos nos sistemas de abastecimento, elogiou a compreensão da população do DF e disse que ainda não é possível descartar um segundo dia de racionamento por semana em 2018.

- A educação da população na contribuição para a economia de água no Distrito Federal merece ser destacada - ressaltou Henrique Faria.



Na opinião do conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil da seção do Distrito Federal (OAB-DF) **Og Pereira de Souza** (foto acima), a crise precisa ser enfrentada com foco nas soluções e não apenas nas causas do problema. Ele disse entender a crise como grave, mas criticou a abordagem “extremamente pessimista” das autoridades diante do problema. Segundo Og de Souza, um chefe de Executivo não pode ser pessimista, mas deve trabalhar para buscar

soluções. Ele registrou que pesquisas apontam que alguns aquíferos subterrâneos têm capacidade de abastecer o planeta inteiro, por até dois séculos. Para o conselheiro, o foco no problema está virando desculpa para políticas públicas equivocadas.

- É uma questão de engenharia. Precisamos parar de focar nos problemas e buscar mais as soluções - alertou.



foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

Para o professor coordenador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos da Universidade de Brasília (UnB), **Carlos Henrique Ribeiro Lima**, as medidas de redução de consumo de água têm sido eficientes. Se o racionamento não tivesse sido adotado, disse Lima, a situação estaria muito pior. Ele usou mapas e desenhos para mostrar que a situação climática do DF “é complexa” e acrescentou que não é possível apontar que o próximo ano será mais chuvoso ou mais seco que 2017. Individualização da medição de água e implantação de sistemas de reuso seriam, segundo o professor, medidas importantes para a preservação dos recursos hídricos no DF, além de programas de educação ambiental, arborização de nascentes e em volta dos cursos de água.

A realização da audiência foi uma sugestão do senador **Hélio José** (PMDB-DF), presidente da comissão. Para o senador, a crise hídrica traz prejuízos econômicos, sociais e para a saúde da população. Ele informou que, na região em que mora, é comum a falta de água durar até dois dias e lamentou a permanência do racionamento para o próximo ano. - Essa crise sem tamanho afeta toda a população, mas é mais grave para a população mais pobre e da periferia – declarou o senador.

O senador Hélio José abriu a palavra para a plateia e nessa oportunidade falou o Sr. **Alberto Ramos**, diretor da Associação de Moradores de Vicente Pires, que reclamou da forma autoritária de tratamento de alguns fiscais da Adasa e a visão punitivista da Agência para com os chacareiros e pequenos produtores rurais.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Os desafios da vida em condomínio e o papel do síndico

O futuro dos condomínios no Brasil e a organização do espaço urbano foram temas de discussão na audiência pública promovida pela Comissão Senado do Futuro no dia 18 de dezembro. O debate foi requerido pelo senador **Hélio José (Pros-DF)** na busca de soluções discutidas com representantes do setor para a apresentação de proposições legislativas que modernizem a legislação e regulamentem o exercício da atividade de síndico.

Para esta Audiência, a última do ano de 2017, foram convidados a Sra. **Landejaine Maccori**, Professora, Mestre em psicologia, reconhecida no DF por sua atuação como pesquisadora de aspectos da violência urbana e a busca de segurança e humanização em condomínios, sendo a primeira Coordenadora de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Condominial no Brasil; o Sr. **Paulo Roberto Melo**, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais – ABRASSP; o Sr. **José Geraldo Dias Pimentel**, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal - SINDICONDOMÍNIO-DF; o Sr. **Alexandre Corrêa**, Vice-presidente Jurídico e de Assuntos Legislativos do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado do Rio de Janeiro – Secovi-Rio, representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); o Dr. **Rodrigo Karpát**, advogado e consultor; e o Sr. **Cláudio Ribeiro Celino** - Presidente da Associação Brasileira de Síndicos – Abrasindicos.

Em seu discurso de abertura, o senador Hélio José afirmou que “hoje em dia, seja pela falta de suporte do Estado ou pela expansão da cultura

do medo, as pessoas buscam se refugiar em ilhas de segurança, cercadas e protegidas por muros e equipamentos de segurança, afastadas da violência e também das diferenças sociais. Assim, a privatização dos espaços de convívio e equipamentos públicos promove a homogeneidade de classes e intensifica a cultura da privacidade e do individualismo. Um fenômeno que, no Brasil, tem como marco o lançamento do condomínio Alphaville nos municípios de Barueri e Santana, a cerca de 30 km da região dos Jardins, em São Paulo, em 1975. Não foi o primeiro condomínio da região, mas integrou-se a uma tendência mundial que também se alastrou no país.”

Para ele, “o combustível para a formação desse novo tipo de habitação e vivência está na fratura social, na extrema desigualdade, que é um dos principais fatores que contribuem para o aumento da violência urbana.”

Violência, desigualdade, distância econômica, cultural e social entre as classes sociais e a falência do Estado em tratar a segurança pública, são os ingredientes principais que levaram à disseminação dos condomínios como nova forma de vida nas cidades.

Os participantes concordaram com esse diagnóstico e entre os principais problemas apresentados na audiência estão a qualificação do gestor de condomínios e a participação ativa dos moradores nas decisões administrativas.

O advogado e consultor **Rodrigo Karpát** (foto a seguir) apontou a desvalorização do imóvel como a principal consequência da má gestão. Ele informou que o envelhecimento natural, associado à falta de manutenção, gera depreciação anual de 5% no valor do imóvel. “O papel do gestor é essencial para que



Foto: Roque Sá/Agência Senado

as edificações tenham correções preventivas para não perderem valor e qualidade”, afirmou. Alertou para os casos de alteração da fachada de forma incorreta e sem a devida autorização e supervisão, assim como também para o caso de instalação inadequada de ar condicionado, entre outros.

Já os problemas de convivência entre os moradores e a má gestão, explicou, tendem a gerar até 30% de desvalorização do patrimônio.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Nesse sentido, o presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (Abrassp), **Paulo Roberto Melo** (foto acima), informou que encaminhará sugestão de projeto para a regulamentação da profissão de síndico, com a exigência de ficha limpa para o exercício da atividade. Ele ainda defendeu a ampliação da autovistoria predial para todos os condomínios do país, o que já funciona bem no Rio de Janeiro, e a melhoria da segurança das edificações.

Informou que o projeto de lei já está quase pronto para ser apresentado ao senador Hélio José, o que poderá ocorrer logo no início do próximo ano. As entidades que compareceram a esta Audiência distribuíram as tarefas de exame da legislação a ser aperfeiçoada e a ser criada.

Para ele, a regulamentação das atividades de condomínio criará muitos empregos e aumentará a segurança das edificações e dos condôminos.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Para **Claudio Ribeiro Celino** (foto acima), presidente da Associação Brasileira de Síndicos (Abrasíndicos), existem prós e contras em relação ao síndico que também é morador, seja pela falta de tempo para a dedicação exclusiva ao condomínio ou pela falta de conhecimentos suficientes para uma boa gestão.

“Há gestores de condomínios que têm uma formação profissional excelente, várias vezes são diretores de empresas grandes e com excelente vivência na área administrativa, mas justamente por terem uma vida profissional atribulada acabam não tendo tempo para se dedicar às questões condominiais e por isso acabam negligenciando questões importantes para o condomínio. Por outro lado, há aqueles que têm muito tempo e nenhuma experiência”, afirmou.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

A professora e pesquisadora **Landejaine Maccori** (foto acima) defende a necessidade de síndicos qualificados para atender à complexidade de administrar condomínios com os problemas que fazem parte da rotina diária.

Suas pesquisas confirmam o discurso do senador Hélio José quando abordou a questão da violência urbana como causa da formação de condomínios.

Em sua atuação junto ao Sindcondomínio, e em parceria com o Centro Universitário do Distrito Federal já formou três turmas em curso superior de gestão de condomínios, recebeu nota 4 do Ministério da Educação, e vem negociando, juntamente com os parceiros, convênios com a Faculdade SENAC-DF e Instituto Federal de Tecnologia - Brasília (IFB) para continuar a oferta em nível de graduação e pós-graduação, informou a pesquisadora.

Segundo ela analisa a questão, o condomínio é um paradoxo, pois reflete a fuga da violência urbana, para viver em uma comunidade fechada, mas ao mesmo tempo essa comunidade é o reflexo de um processo que exacerba o individualismo na sociedade capitalista.

Para ela, ainda não está claro se o único caminho será a profissionalização do síndico. Mas está claro que os condomínios precisam de síndicos com capacidade de gestão, que saibam lidar com a multiplicidade de questões de um condomínio e de cursos de qualidade para a formação desses gestores. Assim como é necessário a existência de algum órgão de fiscalização dessa atividade.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Na opinião de **Alexandre Corrêa**, vice-presidente Jurídico e de Assuntos Legislativos do Sindicato da Habitação (Secovi-RJ), é preciso tirar o enfoque apenas do síndico para a participação efetiva dos condôminos nas reuniões e decisões para que os moradores tenham o poder de vigiar e cobrar o gestor.

A primeira lei que tratou a regulamentação da vida em condomínio foi a 4.591, de 1964. Uma lei visionária, que trata, desde àquela época, de questões que vivenciamos hoje, inclusive a hipótese de síndico não morador.

— As vezes não se trata de má gestão, mas depende das pessoas, da participação delas. A lei hoje

já traz ferramentas suficientes para assegurar uma boa gestão e esperar que o síndico tenha conhecimentos de psicologia, sociologia, advocacia me parece um pouco utópico. O enfoque deveria ser de consciência e responsabilidade — enfatizou. Nem sempre a má gestão é de responsabilidade do síndico. Muitas vezes essa situação se dá pela ação ou inação dos próprios condôminos.

É fundamental, para ele, investir na consciência da coletividade, das pessoas que vivem no condomínio, suas responsabilidades e a necessidade de participação de todos.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Esse também é o entendimento do presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal (Sindcondomínio-DF), **José Geraldo Dias Pimentel** (foto acima).

— Sem conhecer o perfil comportamental das pessoas que residem nos condomínios brasileiros, certamente teremos dificuldades para construir uma legislação que atenda o mínimo de interesse possível— avaliou.

Houve também uma grande participação de cidadãos de vários estados que se manifestaram a favor e contra a profissionalização dos síndicos e dos assuntos tratados na Audiência.

Ao finalizar a reunião, o senador Hélio José lembrou que esta era a última do ano, momento em que também informou que “a partir da primeira semana de fevereiro vamos continuar nossa agenda de Audiências Públicas e debates com a sociedade. Já no início dos trabalhos legislativos haveremos de enfrentar uma dura prova em relação à reforma da Previdência Social e esta Comissão não se furtará a debater as consequências futuras da reforma que se pretende realizar. Os servidores públicos continuarão a receber a consideração e atenção da Comissão Senado do Futuro, assim como vamos também debater as consequências para o futuro do país a se continuar com os cortes orçamentários a programas essenciais da área de ciência e tecnologia, com os cortes que têm inviabilizado as Universidades e os Institutos Federais de Tecnologia. Um país que não investe em ciência e tecnologia não tem futuro!”

